



Fundação Carlos Chagas

TEXTOS FCC

12/97

DIAGNÓSTICO QUANTITATIVO
DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Dagmar M. L. Zibas
Maria Laura P .B. Franco

Departamento de Pesquisas Educacionais

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

TRABALHO REALIZADO COM O APOIO DO ACORDO

MEC/UNESCO

12/97

**DIAGNÓSTICO QUANTITATIVO
DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL**

Dagmar M. L. Zibas
Maria Laura P .B. Franco

São Paulo, 1997

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

DIRETORIA

Rubens Murillo Marques
Diretor-Presidente

Gerhard Malnic
Diretor Vice-Presidente

Nelson Fontana Margarido
Diretor Secretário Geral

Catharina Maria Wilma Brandi
Diretora Secretária

Magid Iunes
Diretor Tesoureiro Geral

Eugênio Aquarone
Diretor Tesoureiro

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Coordenação
Bernardete Angelina Gatti

DIAGNÓSTICO QUANTITATIVO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

DAGMAR M. L. ZIBAS
MARIA LAURA P. B. FRANCO

Este trabalho foi realizado com o apoio do acordo MEC/UNESCO

1997

Ficha Catalográfica elaborada pela

Biblioteca Ana Maria Poppovic

Z62d ZIBAS, Dagmar M. L.
 Diagnóstico quantitativo do ensino médio no Brasil / Dagmar M. L.
Zibas e Maria Laura P. B. Franco. São Paulo : FCC/DPE, 1997.
 60p. - (Textos FCC; 12)
 1. Ensino Médio 2. Ensino de 2º Grau 3. Dados Estatísticos I.
FRANCO, Maria Laura P.B. II. Título III. Série

CDU: 373.5(81)

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1

Número de Municípios que Oferecem o Ensino Médio Brasil e Unidades da Federação - 1994 05

Tabela 2

Ensino Médio - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa Brasil - 1971-1994 09
....

Tabela 3

Ensino Médio - Matrícula Inicial na Educação Média por Dependência Administrativa Brasil e Regiões 13

Tabela 4

Ensino Médio - Distribuição da Matrícula Inicial por Região, Unidades da Federação mais Representativa e Dependência Administrativa – Brasil - 1994 15

Tabela 5

Ensino Médio - Matrícula Inicial por Localização Urbana e Rural – Brasil - 1971-1994.. 17

Tabela 6

Ensino Médio - Matrícula Inicial e Distribuição por Faixa Etária 18

Tabela 7

Ensino Médio - Matrícula Inicial e Distribuição por Faixa Etária – Brasil e Regiões - 1994 19

Tabela 8

Ensino Médio - Taxa de Distorções Série/Idade – Brasil - 1985 - 1994 20

Tabela 9

Ensino Médio - Taxa de Distorções Série/Idade – Brasil e Regiões - 1994 22

Tabela 10

Ensino Médio - Taxas de Transições entre Séries – Brasil - 1981-1992 23

Tabela 11

Ensino Médio - Alunos Concluintes por Dependência Administrativa – Brasil - 1980 - 1993 27

Tabela 12

Ensino Médio - Matrícula Inicial e Participação do Período Noturno por Dependência Administrativa – Brasil e regiões - 1989 - 1994 29

Tabela 13

Reprovados por Turno, Ensino Médio - Brasil 1993 34

Tabela 14

Afastados por Turno, Ensino Médio - Brasil 1993 34

Tabela 15

Ensino Médio - Estabelecimentos de Ensino por Dependência Administrativa – Brasil - 1972 - 1994 35

Tabela 16

Ensino Médio - Número Médio de Alunos por Turma e Participação do Período Noturno por Dependência Administrativa – Brasil e Regiões - 1989 - 1994 37

Tabela 17

Ensino Médio - Número de Estabelecimentos, Número de Alunos e Média de Alunos, segundo o Porte de Estabelecimentos – Brasil e Regiões - 1994 39

Tabela 18

Ensino Médio - Habilitações com Maior Número de Alunos e Percentual em Relação
ao Total – Brasil - 1989 - 1994 42
.....

Tabela 19

Número de Concluintes na Habilitação Magistério – Brasil e regiões - 1988 - 1993 43

Tabela 20

Ensino Médio - Funções Docentes por Dependência Administrativa – Brasil - 1971 -
1994 45

Tabela 21

Ensino Médio - Funções Docentes com Formação Superior – Brasil e regiões - 1971 -
1994 46

Tabela 22

Ensino Fundamental – Concluintes por Região e Dependência Administrativa 48
.....

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1

Evolução da Matrícula no Ensino Médio – Brasil - 1975- 1994 09

Gráfico 2

Ensino Médio - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa – Brasil - 1971-1994 10

.

Gráfico 3

Ensino Médio - Distribuição Percentual da Matrícula Inicial por Dependência Administrativa – Brasil - 1985 - 1994 10

Gráfico 4

Ensino Médio - Matrícula Inicial por Localização Urbana e Rural – Brasil - 1994 17

Gráfico 5

Ensino Médio - Distribuição da Matrícula Inicial Segundo Faixas Etárias – Brasil - 1970 - 1994 18

.....

Gráfico 6

Ensino Médio - Proporção de Alunos Matriculados com idade de 15 a 17 anos – Brasil e Regiões - 1985 - 1994 19

Gráfico 7

Ensino Médio - Taxa de Distorções Série/Idade – Brasil - 1985 - 1994 21

Gráfico 8

Taxas Agregadas de Promoção no Ensino Médio – Brasil - 1981 - 1982 23

Gráfico 9

Taxas de Promoção no Ensino Médio, por Séries – Brasil 24

Gráfico 10

Taxas Agregadas de Repetência no Ensino Médio – Brasil - 1981-1992 24

Gráfico 11

Taxas de Repetência no Ensino Médio, por Séries – Brasil 25

Gráfico 12

Taxas Agregadas de Evasão no Ensino Médio – Brasil - 1981 - 1992 25

Gráfico 13

Taxas de Evasão no Ensino Médio, por Séries – Brasil 26

Gráfico 14

Ensino Médio - Alunos Concluintes por Dependência Administrativa – Brasil - 1980 - 1993 27

Gráfico 15

Ensino Médio - Estabelecimentos de Ensino por Dependência Administrativa – Brasil - 1972 - 1994 35

Gráfico 16

Ensino Médio - Distribuição de Estabelecimentos e Alunos Segundo o Porte dos Estabelecimentos – Brasil - 1994 40

Gráfico 17

Ensino Médio - Proporção de Estabelecimentos e Alunos Segundo Estabelecimentos com mais de 250 alunos – Brasil e Regiões - 1994 40

Gráfico 18

Ensino Médio - Funções Docentes por Dependência Administrativa – Brasil - 1971 - 1994 45

Gráfico 19

Ensino Médio - Proporção de Docentes com Formação Superior – Brasil - 1971 - 1994 47

Gráfico 20

Brasil - Ensino Fundamental – Concluintes por Dependência Administrativa 49
.....

Gráfico 21

Norte - Evolução do Ensino Fundamental – Concluintes por Dependência Administrativa 51

Gráfico 22

Nordeste - Evolução do Ensino Fundamental – Concluintes por Dependência Administrativa 52

Gráfico 23

Centro-Oeste - Evolução do Ensino Fundamental – Concluintes por Dependência Administrativa 52

Gráfico 24

Sudeste - Evolução do Ensino Fundamental – Concluintes por Dependência Administrativa 53

Gráfico 25

Sul - Evolução do Ensino Fundamental – Concluintes por Dependência Administrativa 53

..

I. – INTRODUÇÃO

Ao lado da prioridade a ser conferida ao ensino fundamental, há, atualmente, certo consenso sobre a importância do desenvolvimento do ensino médio para que o país enfrente, com sucesso, os desafios da modernidade.

Os índices de nosso atraso nessa área são, grosso modo, conhecidos. Já em 1989, o Relatório do Banco Mundial¹ trazia a comparação entre as taxas de matrícula geral no ensino médio no Brasil² e em alguns países também classificados como de renda média, cujos níveis de matrícula eram os seguintes: Coreia: 95%, México: 55% e Chile: 70%. Como o índice brasileiro, computado para a faixa etária de 16 a 18 anos, foi de 37%, o relatório concluiu que tínhamos a população de menor escolaridade entre todos os países economicamente comparáveis ao nosso.

Todavia, é notório que há discrepâncias importantes entre estatísticas provenientes de diferentes fontes. No caso da taxa de matrícula inicial no ensino médio, o estudo de José Goldenberg³ – trabalhando com dados do IBGE e MEC e considerando, mais realisticamente, a faixa etária ideal ampliada para 15/19 anos – estimou que apenas 16,7% dessa população estava na escola de 2º Grau em 1990, o que piorou muito nossa posição na escala comparativa com outros países.

No entanto, sabe-se que, basicamente, o gargalo para a ampliação do ensino médio está na baixa qualidade do ensino fundamental, que, com

¹ World Bank. Brazil: Issues in Brazilian Secondary Education, 1989 (mimeo) (Report n.7723 BR Latin American and Caribbean Regional Office).

² Na definição da Unesco “gross enrollment rates”, significando o total de matrículas no ensino secundário como uma porcentagem do grupo populacional em idade adequada para matrícula.

³ Goldenberg, José. O Repensar da Educação no Brasil. Coleção Documentos, Série Educação para a Cidadania. São Paulo, USP/IEA, 1993.

seus altos índices de repetência, diminui muito a demanda para o nível subsequente.

Mesmo assim, no Estado de São Paulo, por exemplo, foi registrada, já em 1992, uma demanda líquida potencial⁴ para o 2º Grau de 158.788 vagas, a qual, se realmente manifestada, dificilmente poderia ser atendida pela rede existente, principalmente se tal demanda fosse direcionada, como na maioria dos casos, ao ensino noturno.

Nesse quadro, é necessário ainda levar em conta pelo menos três fatores que, provavelmente, passarão a pressionar, a curto prazo, a expansão do ensino médio. São eles:

- a melhoria esperada do fluxo do 1o. Grau, com maior número de concluintes, desde que seja realmente ampliada a aplicação de recursos para implementação de sua qualidade;
- as reais necessidades da moderna produção, que está exigindo maior grau de escolaridade de uma parte considerável da juventude;
- o acelerado estreitamento do mercado de trabalho, que já está permitindo que muitas empresas exijam o diploma de 2º grau como patamar mínimo de escolaridade para o emprego, mesmo para aquelas funções que, a rigor,

⁴ Fonte: Diagnóstico do Ensino de 2º Grau do Estado de São Paulo – Estatísticas Básicas, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, outubro de 1995.

A demanda líquida potencial para 1992 foi calculada através da seguinte fórmula:

$$\frac{\text{concluintes da 8ª série do 1º Grau em 1991} + \text{retenção da 1ª série do 2º Grau em 1991}}{\text{matrículas na 1ª série do 2º Grau em 1992}}$$

poderiam ser preenchidas por egressos do ensino fundamental.⁵

Diante dessas perspectivas, a definição de reformas nas políticas para o ensino médio torna-se inadiável. No entanto, qualquer projeto de reforma da escola de 2º grau sempre apresenta uma dificuldade extra que nem sempre tem sido explicitamente reconhecida. Tal dificuldade prende-se ao fato de que é nesse nível de escolaridade que as diferenças de origem social dos alunos começam a desafiar mais ostensivamente a estrutura do sistema escolar. Em outras palavras: tem sido politicamente difícil admitir que, a partir da escola média, apesar de todos os esforços formalmente democratizantes, o destino social dos jovens se diferencia, geralmente de acordo com a situação econômica e social das famílias.

De fato, na área de políticas para a educação fundamental, em que pesem os problemas vinculados às diferenças de qualidade entre as escolas, pode ser menos penosa a construção de certo consenso com relação aos conteúdos mais elementares que todas as crianças devem aprender como base para a unidade nacional e a convivência social.

Na escola média isso é mais difícil, uma vez que, nesse nível, os diferentes destinos sociais dos alunos – relacionados, na maior parte dos casos, à sua origem de classe – se tornam mais evidentes e as políticas voltadas a esse grau de ensino têm dificuldade de enfrentar tais desigualdades. É a partir dessa problemática estrutural que se estabeleceram, historicamente, os conhecidos dilemas para definição do ensino médio: “propedêutico ou

⁵ O aumento da escolaridade da mão-de-obra – seja por exigência explícita do empregador, seja por estreitamento do mercado – está acontecendo de maneira acelerada. Um exemplo extremado foi recolhido em pesquisa realizada em indústria de ponta no interior do Estado de São Paulo, onde 25% dos operários já haviam concluído ou estavam cursando o nível universitário (Zibas, Dagmar M.L. “O

profissionalizante?”, “currículo aberto ou fechado?”, “módulos opcionais ou seriação única?” “equivalência entre as diferentes modalidades para admissão na universidade ou discriminação entre propedêutico e terminal?” etc. As respostas a tais questões têm, inexoravelmente, implicações sociais, econômicas, políticas e ideológicas muito sérias. Nesse complexo cenário, são sempre polêmicos todos os esforços para a redefinição do 2º Grau e da função social que deve cumprir em direção à uma sociedade menos desigual e mais democrática. Por isso mesmo, as decisões nessa área devem ter, como principal apoio, um profundo e amplo conhecimento da realidade desse nível de ensino. Tal conhecimento começa, indubitavelmente, com a coleta sistemática de dados quantitativos e com uma análise contextualizada dos mesmos.

Este trabalho esboça um perfil do ensino médio no Brasil a partir do estudo de dados quantitativos reunidos pelo MEC/SEDIAE/SEEC em todas as regiões da Federação e tendo por base principal o ano de 1994.

reverso da medalha: os limites da administração industrial participativa”. São Paulo, Cadernos de Pesquisa nº 99, nov.1996).

II. – ANÁLISE DOS DADOS

TABELA 1

**Número de Municípios que Oferecem o Ensino Médio
Brasil e Unidades da Federação – 1994**

Unidades da Federação	Nº de Municípios				
	Total	Com Ensino Médio %		Com Ensino Médio Completo %	
Brasil	4.973	4.494	90,4	4.252	85,5
Norte	398	337	84,7	287	72,1
Rondônia	40	31	77,5	27	67,5
Acre	22	10	45,5	10	45,5
Amazonas	62	55	88,7	51	82,3
Roraima	8	8	100,0	8	100,0
Pará	128	120	93,8	108	84,4
Amapá	15	9	60,0	3	20,0
Tocantins	123	104	84,6	80	65,0
Nordeste	1.558	1.317	84,5	1.242	79,7
Maranhão	136	131	96,3	129	94,9
Piauí	148	77	52,0	65	43,9
Ceará	184	167	90,8	157	85,3
Rio Grande do Norte	152	144	94,7	127	83,6
Paraíba	171	147	86,0	139	81,3
Pernambuco	177	176	99,4	174	98,3
Alagoas	100	67	67,0	61	61,0
Sergipe	75	43	57,3	40	53,3
Bahia	415	365	88,0	350	84,3
Sudeste	1.533	1.456	95,0	1.403	91,5
Minas Gerais	756	684	90,5	636	84,1
Espírito Santo	71	71	100,0	71	100,0
Rio de Janeiro	81	81	100,0	81	100,0
São Paulo	625	620	99,2	615	98,4
Sul	1.057	964	91,2	920	87,0
Paraná	371	366	98,7	351	94,6
Santa Catarina	260	254	97,7	232	89,2
Rio Grande do Sul	426	344	80,8	337	79,1
Centro-Oeste	427	420	98,4	400	93,7
Mato Grosso do Sul	77	77	100,0	77	100,0
Mato Grosso	117	113	96,6	105	89,7
Goiás	232	229	98,7	217	93,5
Distrito Federal	1	1	100,0	1	100,0

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

A Tabela 1 mostra que a rede de ensino médio cobre a grande maioria dos municípios brasileiros, pois 90,4% dessas unidades administrativas contam com escolas desse nível, sendo que em 85,5% dos casos os cursos instalados são completos.

Adicionalmente, não se registram discrepâncias extremamente profundas entre as diferentes regiões. uma vez que – considerando o ensino médio completo e não completo – as taxas de cobertura variam entre 72,1% e 93,7%. (curso completo) e 84,7% e 98,4% (curso incompleto). Pode-se dizer que o quadro geral de distribuição da escola média corresponde, a grosso modo, à taxa de desenvolvimento econômico regional, desde que as regiões mais pobres apresentam os menores índices de municípios cobertos pela rede: Norte: 72,1% (cursos completos) e 84,7% (cursos incompletos); Nordeste: 79,7% e 84,5%, respectivamente. Além disso, é necessário considerar que a expansão geográfica do ensino de 2º Grau também tem relação com a porcentagem de adolescentes analfabetos nas diferentes regiões. Por exemplo, todos os 50 municípios com maior índice de analfabetos jovens estão localizados no Norte e Nordeste (Fonte: UNICEF/IBGE, censo 1991). Nesses 50 municípios, a taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 a 19 anos varia de 81,23% em Pauini (AM) a 54,18% em Jacuipe (AL). Nesse quadro de carência de educação fundamental, torna-se perversamente lógica a menor extensão da rede de ensino médio nas regiões mencionadas.

Por outro lado, é de se notar que o Centro-Oeste (93,7% e 98,4%) supera o Sul (87,0% e 91,2%) e o Sudeste (91,5% e 95,0%) quanto à instalação de cursos médios completos e não completos em seus municípios. Para explicar esse fato, as diferenças de desenvolvimento econômico e as taxas de analfabetismo dos adolescentes parecem não ser adequadas e um fator

extra talvez precise ser considerado: provavelmente, o maior tamanho dos municípios e as grandes distâncias no Centro-Oeste (além, evidentemente, do desenvolvimento econômico) obrigam (e permitem) a instalação de cursos médios na quase totalidade dos municípios. (No caso de Mato Grosso do Sul, em 100% dos municípios). No Sul, com municípios menores, cidades próximas umas das outras e estradas melhores, pode-se supor que seja mais fácil o deslocamento de jovens diariamente para freqüentarem escolas secundárias em municípios vizinhos. Este talvez seja o caso do Rio Grande do Sul, estado que, em sua região, tem maior porcentagem (aproximadamente 20,0%) de municípios sem instalação de escolas de 2º Grau, embora ostente o mais baixo índice de adolescentes analfabetos no Brasil.⁶

O deslocamento de estudantes para cidades vizinhas – prática que pode estar acontecendo no Sul e, especialmente, no Rio Grande do Sul – é uma hipótese que os dados quantitativos não podem esclarecer, constituindo uma típica situação de necessidade de informações mais detalhadas e até de estudos de caso para que sejam levantadas as nuances regionais da rede de ensino médio.

Se considerarmos as unidades federativas dentro de cada região, torna-se marcante, no Norte, a diferença de cobertura entre Acre e Roraima. O primeiro tem apenas 45,5% de seus municípios com escolas de ensino médio. Roraima tem 100% de seus municípios cobertos pela rede.

As diferenças entre os estados também são extremadas quando examinamos o Nordeste, onde Pernambuco aparece com uma taxa próxima a 100% de extensão da rede aos municípios (98,3% e 99,4%,

⁶ Entre os 50 municípios com menores taxas de analfabetismo na faixa etária de 15 a 19 anos, 33 estão

ensino médio completo e não completo, respectivamente) e Piauí apresentando baixíssimos índices (43,9% e 52,0%) .

As taxas de cobertura do Maranhão (94,9% e 96,3%) e Ceará (85,3% e 90,8%) são bem superiores às médias da região. No entanto, parece importante registrar que a boa cobertura da rede de 2º Grau nos dois estados não impede que ambos tenham os mais altos índices de professores leigos para o ensino fundamental no Brasil (38% em ambos os casos, Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC, segundo dados do levantamento 94/95). Além disso, seria interessante acompanhar, nos dois estados, qual o nível de desempenho dos egressos do 1º Grau ao chegarem ao ensino médio, uma vez que, tanto no Ceará como no Maranhão, está largamente implantado – a partir das 5^{as} até as 8^{as} séries do ensino fundamental – o projeto de tele-ensino (com programas de TV e monitores, sem professores especializados). Ou seja, nesses casos específicos, seria útil um estudo da repercussão, no 2º Grau, da exclusão do docente especializado da sala de aula do ensino de 1º Grau.

O Sudeste mostra uma distribuição mais homogênea da rede, com três estados com índices de 100% ou próximos a isso (Rio de Janeiro e Espírito Santo: 100% dos municípios com ensino médio completo, e São Paulo: 98,4% e 99,2%, ensino médio completo e não completo, respectivamente). Minas Gerais tem as menores taxas da região (84,1% e 90,5%).

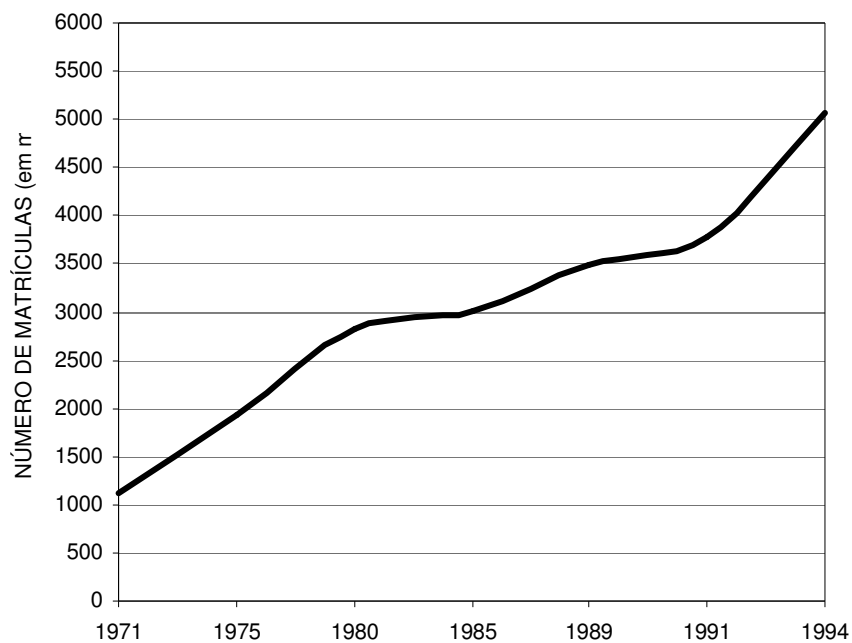
situados no Rio Grande do Sul. (Fonte: UNICEF, IBGE, Censo 1991).

TABELA 2
Ensino Médio – Matrícula Inicial por Dependência Administrativa
Brasil – 1971-1994

Anos	Total Geral	Dependência Administrativa							
		Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1971	1.119.421	44.604	4,0	536.695	47,9	51.074	4,6	487.048	43,5
1975	1.935.903	78.888	4,1	919.090	47,5	60.889	3,1	877.036	45,3
1980	2.819.182	86.125	3,1	1.324.682	47,0	97.454	3,5	1.310.921	46,5
1985	3.016.138	99.422	3,3	1.780.155	59,0	132.333	4,4	1.004.228	33,3
1989	3.477.859	97.777	2,8	2.170.632	62,4	152.981	4,4	1.056.469	30,4
1991	3.770.230	103.092	2,7	2.472.757	65,6	176.769	4,7	1.017.612	27,0
1994	5.073.307	107.267	2,1	3.641.963	71,8	268.119	5,3	1.055.958	20,8

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA NO ENSINO MÉDIO
BRASIL, 1975 - 1994



FONTE: MEC/SEDIAE/SEEC

GRÁFICO 2

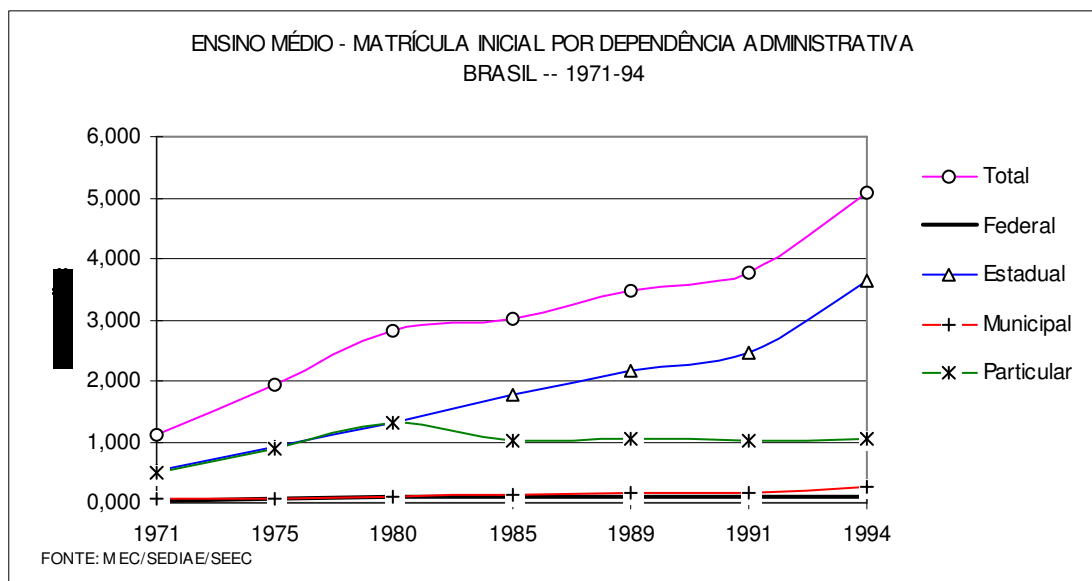
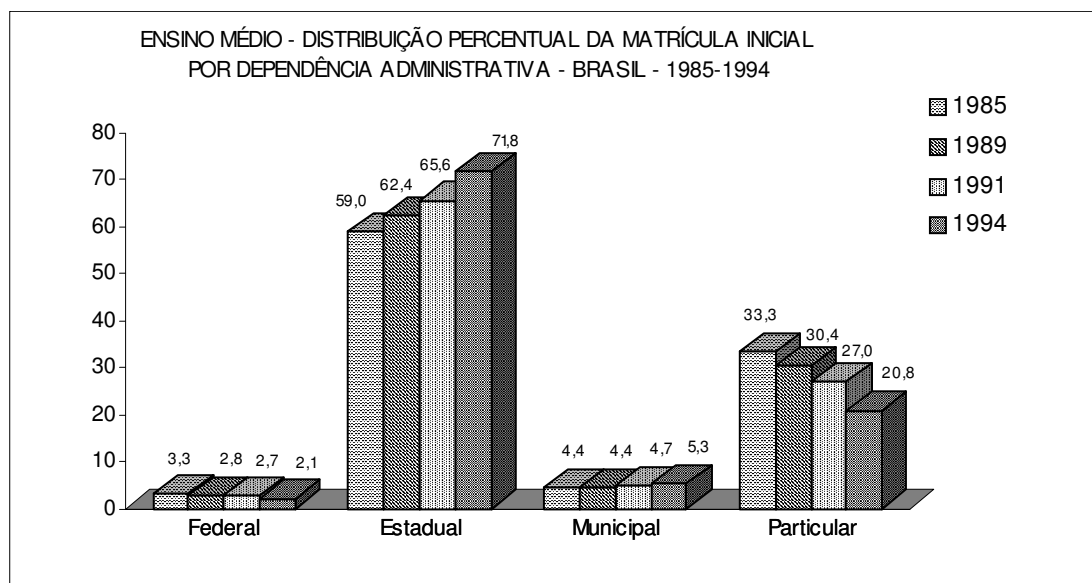


GRÁFICO 3



Os números da coluna “total geral” da Tabela 2 e o gráfico 1 evidenciam um crescimento de 353 % das matrículas iniciais no ensino médio no país no período de 1971-1994. Tal crescimento parece ter acontecido em saltos: depois de um avanço acelerado entre 1971 e 1980 (152%), há apenas um crescimento vegetativo (23,4%) entre 1980 e 1989. No

entanto, na década de 90, em apenas 4 anos (91 a 94) há um incremento extremamente significativo de 34,5%.

Já vimos que, em 1990, considerava-se que 16,7% da população da faixa etária de 15 a 19 anos estaria matriculada no ensino médio (Goldenberg, 1993 op.cit.). Os novos dados revelam que essa porcentagem, para 1994, é de 32,2%.⁷ Embora esse novo índice ainda esteja muito distante do panorama apresentado por países como Chile, Coréia ou México já na década de 80 (conforme discutimos anteriormente), o atual ritmo mais acelerado de incremento de matrículas pode estar sinalizando para um rápido encurtamento da distância que nos separa desses países no que diz respeito à taxa de escolaridade no 2º Grau.⁸

Com base ainda na tabela 2 e gráficos 2 e 3, a análise das matrículas, de acordo com a dependência administrativa, põe em evidência a grande expansão das redes estaduais e municipais, que, entre 1971 e 1994, tiveram crescimento da ordem de 578% e 424%, respectivamente. No mesmo período a rede federal aumentou suas matrículas em 140% e a rede particular 116%.

A partir desses números, fica muito evidente a constante diminuição da participação das redes particular e federal no cômputo geral das matrículas no ensino médio; isto é, ambas, em 1994, têm uma presença no panorama nacional que representa aproximadamente apenas a metade de sua participação em 1971. Ou seja, em 1971, a rede federal tinha 4,0% do total

⁷ Para esse cálculo, foi tomado por base o Anuário Estatístico do IBGE de 1994, usando-se uma interpolação geométrica para inferir a população entre 15/19 anos em 1994, a partir das estimativas daquele órgão para 1990 e 1995. Por esse método, chegou-se à estimativa de que a população de 15 a 19 anos no país em 1994 era de 15.753.645.

⁸ Os altos índices de distorção série/idade no país, como discutiremos adiante, tornam apenas aproximativa a taxa calculada quanto à inserção no ensino médio de jovens da faixa etária 15/19. Tal número constitui, assim, apenas um indicador para comparação com outros países.

de inscrições no ensino médio e a rede particular detinha 43,5%.. Em 1994, a rede federal engloba apenas 2,1% das matrículas e a particular retraiu-se para 20,8% do total.

A rede municipal mantém uma presença muito discreta no conjunto das matrículas (5,3% em 1994), mas, no cômputo geral, não diminui sua participação desde de 1971, quando se responsabilizava por 4,6% do total.

Fica muito claro que a expansão do ensino médio está a cargo dos estados. Em 1971, as redes estadual (47,9%) e particular (43,5%) praticamente equilibravam-se no atendimento da clientela de ensino médio. Em 1994, a estadual suporta 71,8% desse atendimento e a particular, como já vimos, limita-se a 20,8%. As causas da mudança do quadro são, evidentemente, múltiplas. No entanto, o acesso das camadas populares ao ensino noturno público dos grandes centros pode ser considerado o modelador do novo perfil da escola média. O conhecido empobrecimento da classe média e o abusivo aumento das mensalidades das escolas particulares devem também estar pesando no refluxo da rede particular e no avanço da estadual.

TABELA 3

**Ensino Médio – Matrícula Inicial na Educação Média por Dependência Administrativa
Brasil e Regiões – 1985-1994**

Regiões	Total Geral	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
Brasil					
1985	3.016.138	99.422	1.780.155	132.333	1.004.228
1988	3.368.150	98.297	2.039.812	145.476	1.084.565
1991	3.770.230	103.092	2.472.757	176.769	1.017.612
1994	5.073.307	107.267	3.641.963	268.119	1.055.958
Tx. Cresc. 85/94	68,2	7,9	104,6	102,6	5,2
Norte					
1985	128.874	14.160	81.558	10.588	22.568
1988	157.853	15.845	99.501	7.602	34.905
1991	202.544	13.846	156.866	2.637	29.195
1994	313.283	8.361	269.265	4.111	31.546
Tx. Cresc. 85/94	143,1	-41,0	230,2	-61,2	39,8
Nordeste					
1985	695.342	30.747	373.495	54.055	237.045
1988	779.749	30.475	426.593	71.097	251.584
1991	831.009	31.229	472.746	95.078	231.956
1994	1.018.575	35.649	594.378	132.136	256.412
Tx. Cresc. 85/94	46,5	15,9	59,1	144,4	8,2
Sudeste					
1985	1.493.980	30.739	855.398	59.965	547.878
1988	1.665.278	25.014	990.310	56.792	593.162
1991	1.894.293	28.578	1.226.768	68.665	570.282
1994	2.594.514	29.420	1.873.565	117.034	574.495
Tx. Cresc. 85/94	73,7	-4,3	119,0	95,2	4,9
Sul					
1985	491.617	17.462	320.969	4.153	149.033
1988	523.508	20.412	350.184	5.083	147.829
1991	581.678	19.347	423.021	6.621	132.689
1994	795.324	25.676	629.188	7.530	132.930
Tx. Cresc. 85/94	61,8	47,0	96,0	81,3	-10,8
Centro-Oeste					
1985	206.325	6.314	148.735	3.572	47.704
1988	241.762	6.551	173.224	4.902	57.085
1991	250.614		193.356	3.768	53.490
1994	351.611	8.161	275.567	7.308	60.575
Tx. Cresc. 85/94	70,4	29,3	85,3	104,6	27,0

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

A análise comparativa entre as diversas regiões, que nos permite a tabela 3, revela que foi no Norte que se registrou o maior crescimento relativo de matrículas no período 1985 – 1994. Esse crescimento deu-se, majoritariamente, na rede estadual (230,2%), seguindo, muito atrás, a rede particular (39,8%). É de se notar que, no Norte, houve regressão de número de matrículas nas redes federal (- 41,0%) e municipal (- 61,2%). O declínio da rede federal e o grande avanço de matrículas na rede estadual pode ser, talvez, imputada à mudança na divisão política da região, com a extinção de territórios e a criação de novos estados, na década anterior.

O Nordeste apresenta o menor crescimento de matrículas (46,5%) no período focalizado (1985-1994). O que chama atenção nessa região é que o ensino municipal foi aquele que apresentou maior crescimento relativo (144,4%). Ainda é notável o fato de que, em comparação com as redes municipais de outras regiões, a do Nordeste foi aquela que recebe o maior número de matrículas em 1994 (132.136). A segunda maior rede municipal, a do Sudeste, tem, no mesmo ano, 117.034 alunos. Essas duas regiões detêm 93% do ensino municipal de 2º grau no Brasil. Se considerarmos que os municípios mais ricos do país estão no Sudeste e os mais pobres no Nordeste, pode-se especular sobre os critérios usados para a maior municipalização nessas regiões. Neste caso, mais uma vez, estudos qualitativos poderiam ser úteis para melhor diagnóstico do ensino médio no Brasil.

O Sudeste registra o segundo maior crescimento de matrículas (73,7%), com preponderância do crescimento no âmbito da rede estadual (119%). O Centro-Oeste vem a seguir, com expansão de 70,4% no período considerado. Nessa região, em termos relativos, há maior expansão da rede municipal (104,6%), enquanto a rede estadual cresceu 85,3%.

Além do Norte, é apenas no Sudeste que a rede federal tem queda de matrículas no período 85 – 94, mas é um decréscimo muito inferior (- 4,3) àquele registrado no Norte (- 41,0%).

Embora, no Sul, o ensino estadual tenha avançado 96%, o municipal 81,4% e o federal 47,0% entre 85 e 94, no cômputo geral o aumento de matrículas na região foi de 61,8%, ficando, em termos de Brasil, apenas na frente do Nordeste quanto a ritmo de crescimento no período. Contribui para esse resultado o fato de que foi apenas nos estados sulinos que a rede particular sofreu uma regressão em número total de matrículas (- 10,8%)

TABELA 4
Ensino Médio – Distribuição da Matrícula Inicial por Região, Unidades da Federação
Mais Representativas e Dependência Administrativa
Brasil – 1994

Regiões/Uf	Total		Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Brasil	5.073.307	100,0	107.267	2,1	3.641.963	71,8	268.119	5,3	1.055.958	20,8
Norte	313.283	6,2	8.361	0,2	269.265	5,3	4.111	0,1	31.546	0,6
Nordeste	1.018.575	20,1	35.649	0,7	594.378	11,7	132.136	2,6	256.412	5,1
Sudeste	2.594.514	51,1	29.420	0,6	1.873.565	36,9	117.034	2,3	574.495	11,3
Sul	795.324	15,7	25.676	0,5	629.188	12,4	7.530	0,1	132.930	2,6
Centro-Oeste	351.611	6,9	8.161	0,2	275.567	5,4	7.308	0,1	60.575	1,2
São Paulo	1.612.062	31,8	3.873	0,1	1.258.213	24,8	31.137	0,6	318.839	6,3
Minas Gerais	465.754	9,2	7.506	0,1	311.865	6,1	55.289	1,1	91.094	1,8
Rio de Janeiro	408.403	8,1	13.582	0,3	229.960	4,5	22.040	0,4	142.821	2,8
Paraná	351.738	6,9	11.851	0,2	302.017	6,0	195	0,0	37.675	0,7
Rio Grande do Sul	292.100	5,8	9.295	0,2	215.058	4,2	4.782	0,1	62.965	1,2
Pernambuco	236.139	4,7	9.612	0,2	140.970	2,8	37.595	0,7	47.962	0,9
Bahia	230.274	4,5	1.159	0,0	150.323	3,0	34.615	0,7	44.177	0,9

Fonte: MEC/SEDIAE/ SEEC

Nota: A notação 0,0 corresponde a percentuais inferiores a 0,05.

A tabela 4 mostra que o Sudeste abriga o maior contingente de alunos do ensino médio, com 51,1% do total de matrículas no Brasil. Nesse quadro, destaca-se São Paulo, com 31,8% do total brasileiro. O peso de São Paulo

no panorama do ensino médio do país fica mais evidente quando o percentual registrado é comparado com aqueles de outros estados do Sudeste e do Sul: Minas Gerais (9,2%), Rio de Janeiro (8,1%), Paraná (6,9%), Rio Grande do Sul (5,8%).

O Nordeste, com 20,1%, está na frente da região Sul (15,7%) quanto a número de matrículas. Em todos os casos analisados, é necessário considerar o contingente populacional para relativizar os índices de escolarização registrados.

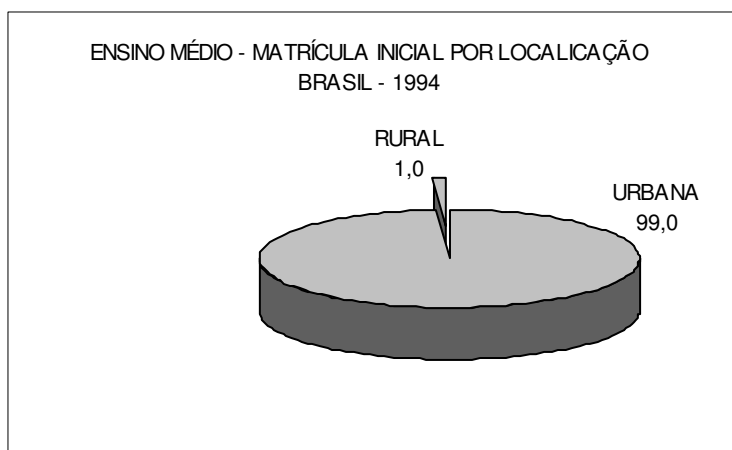
A importância das redes estaduais (71,8% das matrículas no Brasil), como já foi mencionado ao comentarmos a tabela 2, é melhor retratado na tabela 4. Aí vemos que 36,9% de todos os alunos de ensino médio do país estão sob a responsabilidade das redes estaduais do Sudeste. É, também, no Sudeste, que a rede particular tem maior expressão no quadro geral da escola média brasileira, pois concentra 11,3% de todas as matrículas.

TABELA 5
Ensino Médio – Matrícula Inicial por Localização Urbana e Rural
Brasil – 1971-1994

Anos	Total Geral	Localização			
		Urbana	%	Rural	%
1971	1.119.421	1.107.349	98,9	12.072	1,1
1975	1.935.903	1.915.502	98,9	20.401	1,1
1980	2.819.182	2.786.662	98,8	32.520	1,2
1985	3.016.138	2.980.989	98,8	35.149	1,2
1989	3.477.859	3.441.217	98,9	36.642	1,1
1991	3.770.230	3.729.800	98,9	40.430	1,1
1994	5.073.307	5.020.141	99,0	53.166	1,0

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

GRÁFICO 4



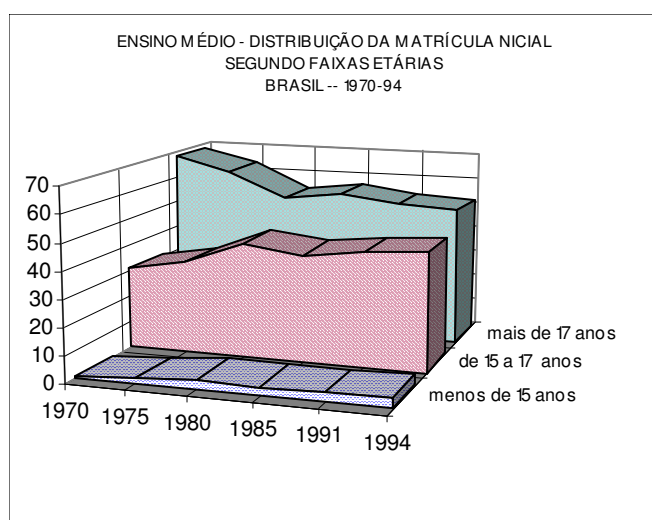
É de se esperar que o ensino médio constitua uma rede essencialmente urbana e é isso o que mostram a tabela 5 e o gráfico 4. O índice de 1% de matrículas em escolas rurais não se alterou significativamente de 1971 a 1994, embora em termos absolutos, o crescimento do ensino nas zonas rurais tenha sido de 340% no período (de 12.072 alunos, em 1971, passou para 52.166 em 1994). Sem dúvida, as escolas técnicas agrícolas são responsáveis pela absoluta maioria dessas matrículas.

TABELA 6
Ensino Médio – Matrícula Inicial e Distribuição por Faixa Etária

Anos	Total	Menos de 15 Anos (%)	15 a 17 Anos (%)	Mais de 17 Anos (%)
1970	1.003.475	0,4	30,7	68,9
1975	1.935.903	1,7	34,9	63,4
1980	2.819.182	3,5	43,0	53,5
1985	3.016.138	3,1	40,4	56,5
1991	3.770.230	3,4	43,1	53,5
1994	5.073.307	3,5	44,3	52,2

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC.

Gráfico 5



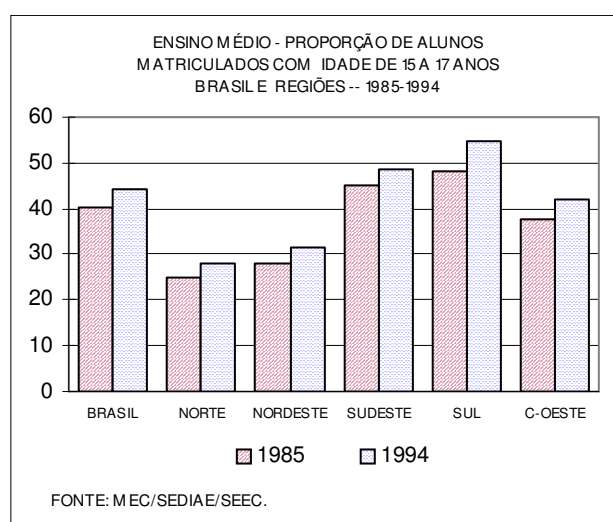
A tabela 6 e o gráfico 5 demonstram que, no período 1975 – 1994, diminuiu a porcentagem de jovens de mais de 17 anos matriculados no ensino médio. Ou seja, em relação a 1975, há, em 1994, menos 16,7% de alunos com mais de 17 anos. Paralelamente, no mesmo período, há aumento de 16,7% de estudantes nas faixas etárias 15 – 17 anos e menos de 15 anos. Esses índices, que podem ser indicativos de pequena melhoria no fluxo através de todo o sistema, concretamente não diminuíram muito a distorção série/idade no ensino médio, como veremos nas tabelas 8 e 9.

TABELA 7
Ensino Médio – Matrícula Inicial e Distribuição por Faixa Etária
Brasil e Regiões – 1994

Regiões	Total	Menos de 15 Anos (%)	15 a 17 Anos (%)	Mais de 17 Anos (%)
Brasil	5.073.307	3,5	44,3	52,2
Norte	313.283	1,4	28,0	70,6
Nordeste	1.018.575	1,7	31,5	66,8
Sudeste	2.594.514	3,6	48,4	48,0
Sul	795.324	6,4	54,5	39,1
Centro- Oeste	351.611	3,4	42,0	54,6

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC.

GRÁFICO 6



A tabela 7 registra que o Norte e o Nordeste detinham, em 1994, as maiores porcentagens de alunos com mais de 17 anos matriculados no ensino médio (70,6% e 66,8%, respectivamente). Conseqüentemente, essas regiões registram os mais baixos índices de estudantes com até 17 anos (29,4% no Norte e 33,2% no Nordeste).

O Sul tem a clientela mais jovem (60,1% dos estudantes com 17 anos ou menos e 39,1 com mais de 17 anos). Nessa classificação por faixa etária, o Sudeste segue o Sul no que se refere à porcentagem de alunado mais jovem, com um índice de 52% de inscritos com até 17 anos e 48% com mais de 17 anos.

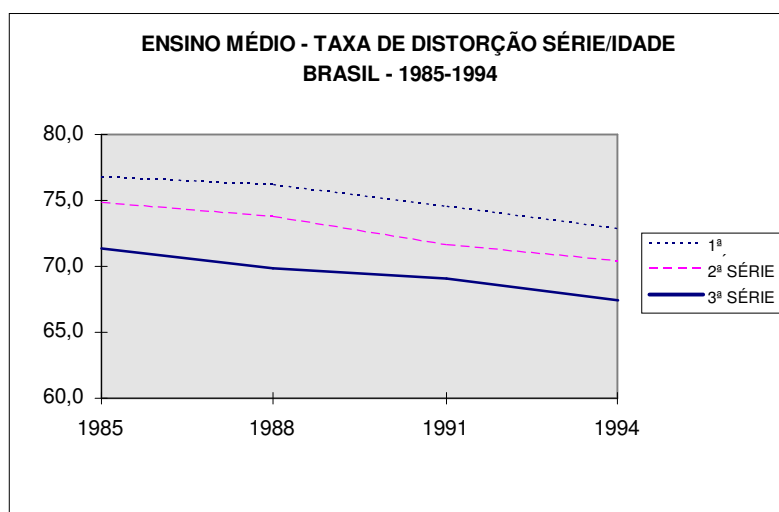
Sabe-se que são diversas as causas que se podem arrolar para explicar a presença de um alunado mais velho no ensino médio. No entanto, duas devem ser destacadas: altos índices de repetência no ensino fundamental e precária situação econômica das famílias, o que pode ocasionar a interrupção temporária dos estudos. O gráfico 6 é muito ilustrativo a esse respeito, pois mostra, em cada região, em duas épocas diferentes (1985/1994) as porcentagens referentes à presença, no ensino médio, de jovens de 16 a 17 anos (considerada faixa etária média ideal). Pela ilustração, é possível detectar que as maiores diferenças estão entre regiões, e não entre os diferentes períodos. Ou seja, a diferença entre Sul/Sudeste e Norte/Nordeste sempre é maior do que as diferenças registradas entre 1985 e 1994. Isso significa que as regiões mais pobres tiveram, no período registrado, menor proporção de inscritos na faixa etária média ideal. De todo modo, há, em todas as regiões, um pequeno aumento da matrícula de contingente em idade média ideal, o que só vem confirmar os dados, já analisados, da tabela 6.

TABELA 8
Ensino Médio – Taxa de Distorção Série/Idade
Brasil – 1985 -1994

Anos	Total Geral	Total		
		1ª série	2ª série	3ª série
1985	75,0	76,9	74,9	71,3
1988	74,0	76,2	73,7	69,8
1991	72,5	74,6	71,6	69,1
1994	70,9	72,9	70,5	67,4

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

GRÁFICO 7



A tabela 8 sinaliza muito fielmente as dificuldades mais gerais do sistema de ensino do país, ao demonstrar que a enorme distorção série/idade registrada em 1985 (75,0%) apresenta uma melhoria de apenas 4% em 1994, quando passa a ser de 70,9%.

Nota-se, inclusive pelo gráfico 7, que a maior defasagem série/idade sempre está (entre 1985 e 1994) na 1ª série (76,9%, 76,2%, 72,5%, 70,9%, respectivamente), diminuindo na 2ª e apresentando as menores taxas na 3ª série (71,3%, 69,8%, 69,1% e 67,4%). Isso significa que são os alunos mais velhos, que ingressam na 1ª série, que se evadem. Parece, assim, haver no sistema uma tendência de beneficiar os estudantes com trajetória acadêmica menos perturbada por repetências ou interrupções de estudo.

TABELA 9

**Ensino Médio – Taxa de Distorção Série/Idade
Brasil e Regiões – 1994**

Anos	Total Geral	Total		
		1ª série	2ª série	3ª série
Brasil	70,9	72,9	70,5	67,4
Norte	86,8	88,9	85,8	83,3
Nordeste	83,1	84,6	82,9	80,6
Sudeste	67,5	69,5	67,1	63,8
Sul	57,7	59,8	57,5	53,7
C-Oeste	74,0	76,6	72,7	70,2

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Embora muito altas em todas as regiões do país, as taxas de distorção série/idade, registradas na tabela 9, mostram as mesmas tendências de outros dados já analisados. Ou seja, mais uma vez os piores índices aparecem no Norte (86,8%) e no Nordeste (83,1%). O Sul e Sudeste, com os taxas mais baixas (57,7% e 67,5%, respectivamente) representam, ainda assim, um indicador muito forte das dificuldades generalizadas do sistema educacional (e da estrutura econômica) que não dá oportunidade para que a maioria dos estudantes conclua sua escolaridade básica no tempo previsto.

A análise dos dados cruzados por séries e regiões evidencia que o quadro é o mesmo apresentado para o país como um todo; ou seja: as maiores distorções série/idade, em todas as regiões, estão na 1ª série, diminuindo ao longo do curso.

TABELA 10
Ensino Médio – Taxas de Transição entre Séries
Brasil – 1981-92

Ano/Indicador	Séries (%)			Taxas Agregadas (%)
	1ª	2ª	3ª	
REPETÊNCIA				
1981	35	23	11	25
1985	40	28	15	31
1989	41	28	15	31
1992	42	29	14	32
PROMOÇÃO				
1981	53	70	87	67
1985	47	62	83	60
1989	48	64	83	61
1992	50	67	84	63
EVASÃO				
1981	11,4	7,5	2,1	7,9
1985	12,5	9,5	2,6	9,3
1989	11,2	8,2	2,4	8,3
1992	8,1	4,2	1,9	5,6

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC (Censos Educacionais).

Nota: Correções de consistência e estimativas feitas por Ruben Klein, LNCC/CNPq.

GRÁFICO 8

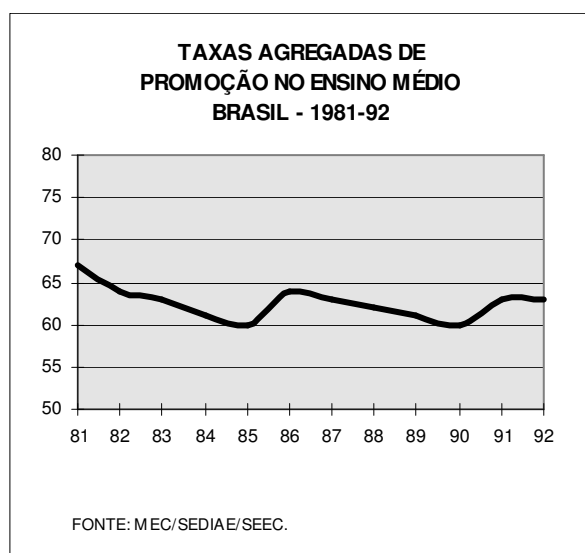


GRÁFICO 9

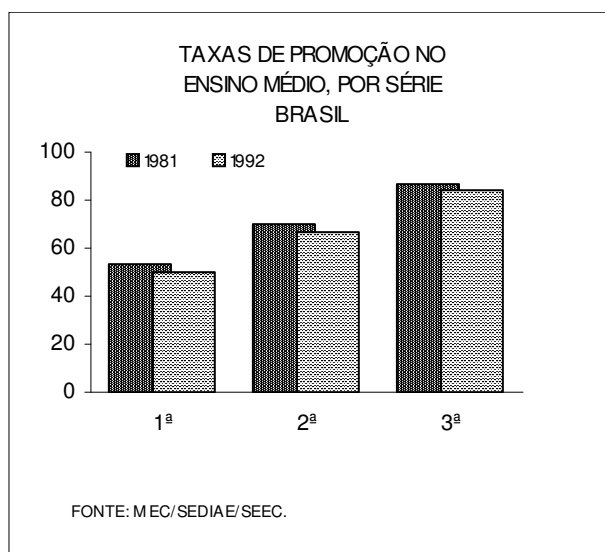


GRÁFICO 10

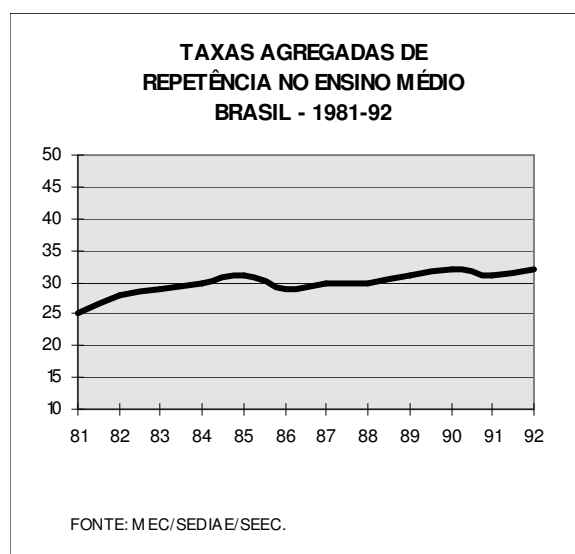


GRÁFICO 11

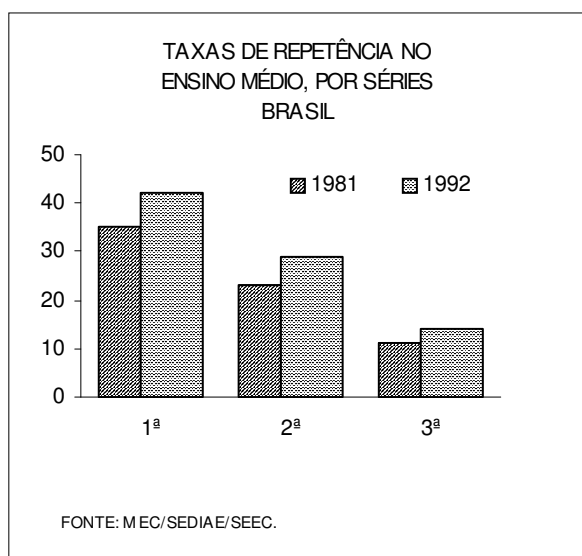


GRÁFICO 12

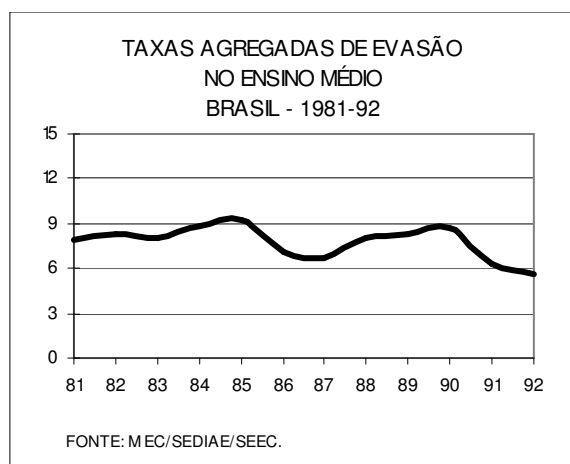
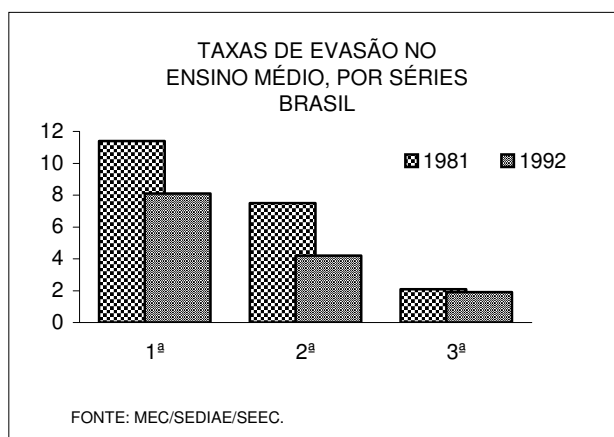


GRÁFICO 13



A tabela 10 e os gráficos de 8 a 13 revelam um quadro bastante preocupante do ensino médio brasileiro, uma vez que os índices de repetência e promoção, considerados indicadores básicos da qualidade do sistema, pioram ao longo do período focalizado. Assim é que a taxa de repetência (gráfico 10), que era de 25% em 1981, passa para 32% em 1992. Evidentemente, os índices de promoção apresentam-se em sentido inverso, caindo de 67%, em 1982, para 63%, em 1992 (gráfico 8).

Por outro lado, a pequena melhoria da taxa de evasão (de 7,9% em 1981 para 5,6% em 1992 – gráfico 12) não parece ser de molde a tornar menos preocupante a situação do ensino de 2º grau.

A tabela 10 também é eloqüente ao reiterar o conhecido fato de que o gargalo do ensino médio está na 1ª série. De fato, ao longo do período focalizado, consistentemente os índices de repetência, promoção e evasão são piores na 1ª série, melhorando no decorrer do curso. Assim é que, em 1992, os índices de repetência na 3ª série representam apenas 33% da repetência na 1ª série (gráfico 11), a evasão na 3ª série é somente 11,1% daquela registrada na 1ª (gráfico 13) e a promoção na 3ª série é 59,5%

maior do que na 1ª (gráfico 9). Como fica evidente através dos gráficos 9, 11 e 13, a defasagem dos indicadores de qualidade entre 1ª e 3ª série não melhorou ao longo do período 1981-1992, confirmando que a 1ª série tem se constituído, historicamente, como o crivo perverso do ensino médio.

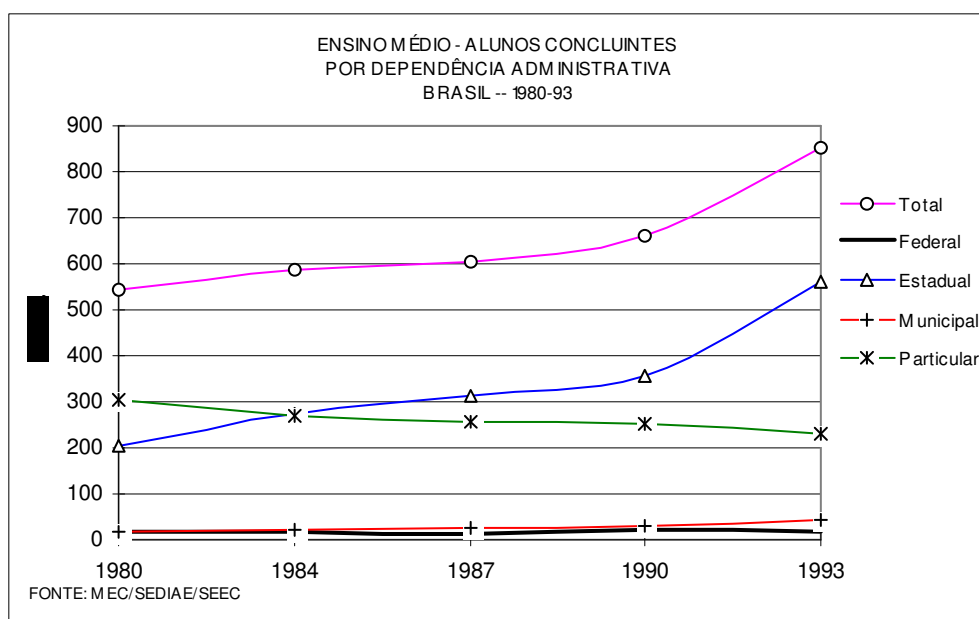
TABELA 11

**Ensino Médio – Alunos Concluintes por Dependência Administrativa
Brasil -- 1980-1993**

	Total Geral	Dependência Administrativa							
		Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1980	541.350	16.370	3,0	203.986	37,7	18.720	3,5	302.274	55,8
1984	585.193	17.835	3,0	273.127	46,7	23.360	4,0	270.871	46,3
1987	605.504	14.230	2,4	311.690	51,5	25.115	4,1	254.469	42,0
1990	658.725	19.797	3,0	356.813	54,2	29.070	4,4	253.045	38,4
1993	851.428	16.663	2,0	559.595	65,7	42.681	5,0	232.489	27,3

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

GRÁFICO 14



Entre 1980 e 1993 houve um crescimento de 50,6 % no número de concluintes. No entanto, como bem mostra a gráfico 14, o maior avanço se dá a partir de 1990. Ou seja, enquanto o número de concluintes cresceu

apenas 21,6% em uma década (1980 a 1990), em três anos (1990 a 1993) há um salto de 29,2% .

No entanto, em vista da deterioração dos indicadores de qualidade, como constatamos pelos dados da tabela 10, podemos concluir que o aumento de diplomados se deve mais ao maior número de matrículas do que a uma melhoria da eficiência do sistema.

A tabela 11 também mostra que está a cargo principalmente dos estados o crescimento registrado, pois, em 1993, 65,7% dos concluintes do ensino médio estavam inscritos em escolas estaduais. De fato, entre 1980 e 1993 houve um avanço de 159,6% das redes estaduais quanto a número de diplomados.

É importante notar que, no mesmo período, a rede particular diminuiu em 23% o número de seus concluintes. Aliás, o declínio do setor privado é muito significativo: em 1980 responsabilizou-se por 55,8% dos diplomas e, em 1993, essa taxa caiu para 27,3%.

Na rede municipal, o número de certificados de conclusão cresceu 127,9% entre 1980 e 1993, mas, no cômputo geral, a participação do ensino municipal na outorga de diplomas do ensino médio é muito discreta aumentando 1,5% no período (de 3,5% em 1980 para 5,0% em 1993).

Tabela 12

**Ensino Médio – Matrícula inicial e Participação do Período Noturno
por Dependência Administrativa
Brasil e regiões – 1989 – 1994**

Brasil e Regiões	Geral			Dependência Administrativa							
				Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Total	Noturno	%	Total	Noturno %	Total	Noturno %	Total	Noturno %	Total	Noturno %
BRASIL											
1989	3.477.859	2.017.959	58,0	97.777	28,5	2.170.632	63,8	152.981	76,0	1.056.469	46,3
1994	5.073.307	3.015.089	59,4	107.267	26,1	3.641.963	66,8	268.119	75,8	1.055.958	33,4
NORTE											
1989	181.840	108.779	59,8	16.674	45,9	123.548	69,1	2.501	83,0	39.117	34,8
1994	313.283	191.345	61,1	8.361	22,9	269.265	66,5	4.111	89,1	31.546	21,4
NORDESTE											
1989	784.469	429.484	54,7	26.448	24,8	439.754	55,8	79.438	76,1	238.829	49,0
1994	1.018.575	572.034	56,2	35.649	24,2	594.378	59,4	132.136	77,2	256.412	42,2
SUDESTE											
1989	1.730.911	1.023.258	59,1	27.683	21,0	1.051.678	65,0	61.494	75,3	590.056	48,8
1994	2.594.514	1.604.839	61,9	29.420	23,7	1.873.565	70,3	117.034	73,2	574.495	33,9
SUL											
1989	546.057	313.815	57,5	19.632	29,0	384.968	64,3	5.868	73,7	135.589	41,5
1994	795.324	437.143	55,0	25.676	32,1	629.188	62,2	7.530	71,7	132.930	24,3
C-OESTE											
1989	234.582	142.623	60,8	7.340	29,7	170.684	71,8	3.680	86,1	52.878	28,0
1994	351.611	209.728	59,6	8.161	26,9	275.567	69,1	7.308	89,7	60.575	17,2

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Como se observa na Tabela 12, a principal característica do ensino médio brasileiro é a de ser freqüentado predominantemente à noite, uma vez que, tanto em 1989 como em 1994, o índice de matrículas no noturno corresponde a quase 60% do total (58% em 1989 e 59,4% em 1994).

Ao examinarmos essas taxas por regiões, verificamos que o caracter noturno da escola média se mantém inalterado em todos os pontos do País , pois as matrículas no período da noite – desde o norte até o sul – são sempre superiores a 50%, tanto em 1989 quanto em 1994. No entanto, entre os dois anos-bases aqui analisados, há variações a serem consideradas. Por exemplo, em 1989, a região que apresentava maior índice de matrículas no noturno era a Centro-Oeste (60,8%) e a menor porcentagem estava no Nordeste (54,7%). Em 1994, o menor índice

continua referente ao Nordeste (56,2%), mas no Centro-Oeste há um ligeiro decréscimo da participação do noturno no cômputo geral das matrículas (59,6%). Com essa alteração, o Sudeste, com um índice de 61,9%, torna-se, em 1994, a região com maior porcentagem de matrículas no noturno.

No período estudado, além da pequena retração de matrículas no noturno no Centro-Oeste, apenas a região Sul mostra queda nesse índice, passando de 57,5%, em 1989, para 55,0% em 1994. Como em ambas as regiões o crescimento total de matrículas tem sido expressivo (Tabela 3 – Sul: 61,8% entre 1985 e 1994. Centro-Oeste: 70,4% no mesmo período), conclui-se que houve um discreto aumento de matrículas no diurno nessas duas regiões, embora o ensino noturno continue prevalecendo de maneira expressiva.

A comparação entre as tabelas 12 e 3 ainda nos esclarece que o Norte e o Sudeste, onde o número de inscritos mais cresceu entre 1985 e 1994 (ou seja, o Norte, com + 143% e o Sudeste, com + 73,7%) também são as regiões onde, em 1994, houve a maior participação do noturno no cômputo geral das inscrições no ensino médio. Isto é, os cursos noturnos abrigam 61,1% dos alunos da região Norte e 61,9% dos estudantes do Sudeste. Portanto, é possível concluir que – embora a expansão do 2º Grau esteja se dando, em todo País, através dos cursos noturnos – nas duas regiões destacadas esse fato parece mais marcante.

Adicionalmente, a análise da tabela 12 evidencia que a dependência administrativa é o grande condicionante desta maior afluência dos jovens ao período noturno. Ou seja, enquanto a média nacional geral, englobando as diversas dependências administrativas, chega a um índice apenas

próximo a 60% (59,4%), se tomarmos somente a rede estadual esse percentual eleva-se a 66,8%.

Ainda, se olharmos a tabela 12 sob o prisma da distribuição regional das diferentes dependências administrativas, veremos que a característica noturna do ensino estadual – embora comum a todas as regiões – é mais forte em algumas, como no Sudeste (70,3% do total de matrículas, em 1994) e no Centro-Oeste (69,1%, em 1994) e menor em outras, como no Nordeste (59,4%, em 1994) e no Sul (62,2%, no mesmo ano).

Do mesmo modo, se considerarmos a rede municipal – embora seja essa uma instância administrativa de dimensão pouco significativa no conjunto do ensino médio – verificamos que são as matrículas no noturno (76,8% do total, em 1994) que caracterizam seu funcionamento.

Por outro lado, as redes particular e federal mostram-se predominantemente diurnas, com índices de 33,4% e 26,1% de matrículas no noturno, em 1994, respectivamente.

As peculiaridades do ensino médio federal – em grande parte técnico e de período integral – são conhecidas e, não raramente, taxadas de elitizantes. No entanto, é necessário considerar a alta qualidade dessa rede, atestada, por exemplo, pelos resultados de avaliação comparativa levada a cabo pelo Fundação Carlos Chagas⁹. Além da seleção para ingresso, o fato de ser principalmente diurna pode estar influenciando o aproveitamento dos alunos desses cursos federais, que têm se mostrado comparável às melhores escolas privadas.

⁹ Vianna, Heraldo M. Avaliação do rendimento escolar de alunos da 3ª série do 2º Grau. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, n.3, p.71-102, jan./jun.1991.

Quanto ao ensino particular, nota-se que se tem aprofundado sua característica de rede primordialmente diurna, pois, em 1989, a porcentagem de matrículas no noturno era de 46,3%, caindo para 33,4% em 1994. Esses dados demonstram que a rede privada está diminuindo sua oferta de ensino para trabalhadores, preferindo investir mais em cursos diurnos para a classe média.

Poder-se-ia aventar a hipótese de que a predominância do ensino médio noturno, principalmente estadual e municipal, relaciona-se à disponibilidade da rede física. Ou seja, usando os mesmos prédios alocados para o ensino fundamental, o curso médio somente pode ser oferecido à noite. No entanto, pesquisas qualitativas têm reiteradamente constatado que a maioria dos jovens do noturno já está inserida no mercado de trabalho ou está em busca de emprego. Daí, a freqüente disputa por uma vaga à noite e, em conseqüência, o funcionamento insatisfatório dessas classes, usualmente superlotadas, principalmente nas escolas de periferia dos centros urbanos mais desenvolvidos.

Nesse quadro, não é de se estranhar o pior resultado dos alunos do noturno nos testes aplicados pelo SAEB. Em matéria da Folha de S. Paulo (26/11/96), representante do MEC atribuía esses resultados, principalmente, ao fato de que 66% dos jovens, submetidos ao teste, trabalhavam durante o dia. As condições adversas enfrentadas por esses jovens trabalhadores-estudantes (transporte deficiente, jornada de trabalho integral, pouco tempo para se alimentar, poucas horas de sono etc.)¹⁰ são de molde a tornar mais compreensíveis os péssimos índices de rendimento.

¹⁰ Tais condições adversas são explicitadas em diversos estudos qualitativos. Ver, por exemplo, Franco, Maria Laura P.B. *Ensino Médio: desafio e reflexões*. Papirus Editora, Campinas, São Paulo, 1994.

Por outro lado, a escola noturna representa para a sua clientela uma espécie de “oásis” no árido cotidiano trabalhador: lugar para fazer amigos, namorar, encontrar pessoas. Também sob esse aspecto, o ensino noturno demonstra um flagrante descompasso em sua concepção. É desprovido de uma proposta que se ajuste a realidade do estudante-trabalhador, seja por sua estrutura e funcionamento (já que repete o modelo do diurno), seja quanto à falta de sensibilidade de professores e diretores em relação às expectativas e necessidades de seu alunado. Este, em geral, é visto como descompromissado com a aprendizagem e tido como aquele que identifica a escola com um clube.

É certo que a principal função da escola não está em propiciar oportunidades de lazer ou nem mesmo ser *locus* de expressão da cultura jovem. No entanto, tais expectativas e necessidades têm sido muito bem administradas pela maioria das boas escolas particulares diurnas, o que acaba maximizando seu objetivo fundamental, qual seja a transmissão efetiva do saber.

Adicionalmente, é importante salientar que a característica predominantemente noturna do ensino médio e a grande inserção desses alunos no mercado de trabalho – em período integral – são características quase exclusivas do Brasil, difíceis de serem entendidas mesmo em outros países da América Latina. No Chile, por exemplo, é reportado que 62% dos alunos e 26% das alunas do ensino médio trabalham. A grande diferença com relação ao Brasil é que os jovens chilenos têm emprego de meio-período, não sendo oferecidos cursos médios regulares noturnos.¹¹

¹¹ Cariola, M.L. La educación secundaria en proceso de masificación. IN: Gallart, Maria Antonia (org.). Educación y Trabajo, Montivideo, Cinterfor, 1992.

As adversas condições de frequência ao ensino médio são, pois, peculiaridades da estrutura laboral brasileira, que, com seus salários irrisórios obriga, para o complemento da renda familiar, o trabalho precoce e integral de considerável contingente de crianças e adolescentes, prejudicando, assim, sensivelmente, a trajetória escolar de grande parcela da população.

Tabela 13
Reprovados por Turno, Ensino Médio – Brasil, 1993

TURNO	N	%
Diurno	193.974	39,25
Noturno	300.224	60,74
Total	474.198	99,99

Fonte: SEEC/SEDIAE/MEC

Tabela 14
Afastados por Turno, Ensino Médio – Brasil, 1993

TURNO	N	%
Diurno	171.438	22,88
Noturno	577.550	77,11
Total	748.988	99,99

Fonte: SEEC/DESIAE/MEC

Em vista do teor da análise que os números da tabela 12 permitiram, não é de se estranhar que, dentre os reprovados, em 1993, 60,7% frequentavam o período noturno contra 39,2% daqueles que cursavam o diurno (tabela 13).

Da mesma forma, embora a evasão tenha se reduzido entre 1981 e 1992 (tabela 10), é necessário destacar que, dentre os que abandonaram a escola

em 1993, é alarmante a porcentagem (77,1%) dos que estavam no noturno (Tabela 14).

Em suma, o desafio continua: “aumenta o vinho novo em odres velhos, que podem romper-se a qualquer momento. A matrícula cresce com a repetência. Alunos socialmente menos privilegiados passam a ter novas oportunidades educacionais num quadro rígido, graças às redes públicas, sobretudo as estaduais”.¹²

Tabela 15

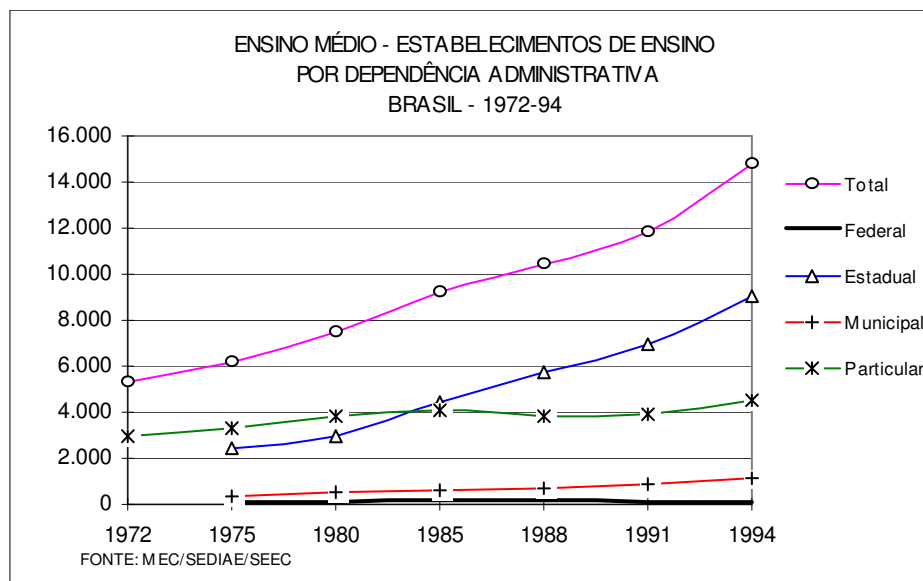
**Ensino Médio – Estabelecimentos de Ensino por Dependência Administrativa
Brasil – 1972-1994**

Anos	Total Geral	Dependência Administrativa							
		Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1972	5.307	...	...	...	...	...	...	2.962	55,8
1975	6.212	111	1,8	2.428	39,1	353	5,7	3.320	53,4
1980	7.443	117	1,6	2.957	39,7	525	7,1	3.844	51,6
1985	9.260	137	1,5	4.421	47,7	638	6,9	4.064	43,9
1988	10.414	136	1,3	5.774	55,4	701	6,7	3.803	36,5
1991	11.811	125	1,1	6.928	58,7	849	7,2	3.909	33,1
1994	14.742	119	0,8	9.028	61,2	1.090	7,4	4.505	30,6

Fonte:
MEC/SEDIAE/SEEC

Gráfico 15

¹² Citação do documento “Ensino Médio: mudanças em que direções?” da Sociedade Brasileira de Educação Comparada, mimeo s/d.



Os dados da tabela 15 mostram que foi de 177,7% a evolução do número de estabelecimentos de ensino ao longo do período 1972 – 1994. Pela tabela 2, já havíamos verificamos que o aumento de matrículas iniciais entre 1971 e 1994 foi de 353%. Embora o cotejamento entre crescimento de matrículas e aumento do número de estabelecimentos não possa ser feito de maneira linear, pode-se, no entanto, aventar a hipótese de que os novos estabelecimentos ocupados tendem a ser, em média, maiores do que aqueles usados pelo ensino médio até o início da década de 70 – com maior número de turmas – de modo a atender a crescente demanda. Classes mais numerosas também podem estar respondendo pelo diferencial de crescimento entre número de estabelecimentos e número de matrículas (ver tabela 16).

A tabela 15 ainda evidencia que, sob o ponto de vista físico, as redes estaduais foram as que mais cresceram ao longo do período estudado. Ou seja, em 1972 os estabelecimentos estaduais representavam 39,1% do total de escolas médias. Em 1994, passaram a responder por 61,2% daquele total. O sistema privado de ensino caminhou em sentido contrário: em 1972, abrangia 55,8% do total de estabelecimentos; em 1994, possui

apenas 30,6% do total. Dessa forma, os números da tabela 15 são coerentes com as constatações anteriores de crescimento muito expressivo das redes estaduais e retração considerável do setor privado do ensino médio.

O gráfico 15 retrata a evolução aqui estudada: o avanço vigoroso da rede estadual, a pequena flutuação da rede particular (indicando encolhimento do setor em relação ao sistema do ensino médio como um todo), o crescimento pouco significativo (para o conjunto do sistema) da rede municipal e a estagnação da rede federal.

É importante lembrar – ao se discutir o crescimento da rede física do ensino médio – que tal crescimento se dá, na maior parte dos casos, apenas pelo uso, no período noturno, de prédios que são ocupados durante o dia pela escola fundamental. Os dados da tabela 15 não possibilitam que se discrimine entre construção de novos prédios ou novas salas e simples aproveitamento do espaço da escola fundamental. Essa precariedade física traz inúmeros inconvenientes (desde o tamanho das carteiras, adequadas a crianças menores, até o uso restrito de espaço para exposições de trabalho, guarda e disponibilidade de material didático, acervo da biblioteca etc.) que prejudicam sobremaneira o funcionamento de uma escola que deveria atender as necessidades do jovem-trabalhador.

Tabela 16

**Ensino Médio - Número Médio de Alunos por Turma e Participação do Período Noturno
por Dependência Administrativa
Brasil e Regiões - 1989 - 1994**

Brasil e Regiões	Geral		Dependência Administrativa							
			Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Total	Noturno	Total	Noturno	Total	Noturno	Total	Noturno	Total	Noturno
BRASIL										
1989	31,5	32,2	30,3	29,6	31,9	33,2	29,2	30,2	34,4	35,9
1994	32,3	33,0	33,2	33,2	34,1	35,7	30,9	32,2	30,9	30,8
NORTE										
1989	32,6	34,1	27,2	27,4	33,6	34,5	31,1	32,9	38,7	41,6
1994	31,9	32,9	32,2	36,3	35,9	37,5	29,1	29,1	30,4	28,7
NORDESTE										
1989	33,0	34,3	34,0	36,5	33,7	35,7	30,2	31,7	34,1	33,3
1994	34,8	38,1	37,1	43,3	33,5	36,6	33,9	36,0	34,5	36,4
SUDESTE										
1989	31,7	32,7	32,1	32,2	32,4	33,7	29,8	30,4	32,8	34,5
1994	33,1	34,8	29,9	32,3	38,0	39,5	35,0	37,7	29,5	29,9
SUL										
1989	30,0	31,1	29,5	29,4	29,9	31,4	28,7	30,2	31,9	33,4
1994	30,1	28,2	31,1	23,2	28,9	29,9	30,9	32,6	29,4	27,0
C-OESTE										
1989	29,9	28,9	28,9	22,4	30,0	30,9	26,1	25,8	34,7	36,7
1994	31,5	30,9	35,4	30,9	34,2	35,2	25,3	25,5	30,8	32,1

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

A tabela 16 não permite uma comparação direta entre o período noturno e diurno quanto a tamanho das turmas, pois traz apenas as médias gerais e aquelas referentes ao noturno. Todavia, pode-se afirmar que as classes do noturno são, em média, maiores do que as do diurno. Senão, vejamos: como indica a tabela 16, em 1994, o tamanho médio geral (noturno e diurno) das classes de 2º grau, no Brasil, era de 32,3 alunos/turma. Considerando só o noturno, essa média se eleva para 33,0%. Evidentemente, através desses dois índices pode-se concluir que a média para o diurno é inferior ao noturno, embora não possamos quantificar tal diferença. A mesma inferência pode ser feita para as médias gerais referentes a 1989, chegando-se à mesma conclusão: as classes com maior número de alunos estavam no noturno.

Usando o mesmo raciocínio para analisarmos os dados a partir das diferentes dependências administrativas, notamos que, em 1994, as redes federal e particular não apresentavam diferenças quanto ao tamanho das

turmas diurnas e noturnas. Todavia, no ensino estadual e municipal, evidencia-se que as classes do noturno são as mais numerosas.

Sob o ponto de vista regional, evidentemente reitera-se, na maior parte dos casos, a tendência nacional. As exceções são o Sul e Centro-Oeste, que, em 1994, apresentam médias de número de alunos nas turmas noturnas inferiores às médias gerais, levando à conclusão de que as turmas do diurno são mais numerosas nessas regiões.

No cômputo geral, poderíamos concluir, com base na tabela 16, que, em todo País, os cursos de ensino médio – diurnos e noturnos – teriam condições satisfatórias de funcionamento quanto ao tamanho das turmas, uma vez que as médias registradas estão dentro de parâmetros geralmente aceitos. No entanto, evidentemente, é preciso considerar que a distribuição da oferta não é homogênea. Sabe-se que, nos grandes centros, é comum a existência de vagas ociosas em escolas centrais e classes superlotadas ou falta de vagas em cursos noturnos das periferias.

Tabela 17

**Ensino Médio - Número de Estabelecimentos, Número de Alunos e Média de Alunos, segundo o Porte dos Estabelecimentos
Brasil e Regiões - 1994**

Porte dos Estabelecimentos (Número de Alunos)	Estabelecimentos		Alunos		Média de Alunos/ Estabelecimento (B/A)
	Total (A)	%	Total (B)	%	
Brasil	14.742	100,0	5.073.307	100,0	344,1
Até 50 Alunos	1.370	9,3	43.201	0,9	31,5
De 51 a 150 Alunos	4.385	29,7	424.098	8,4	96,7
De 151 a 250 Alunos	2.673	18,1	525.714	10,4	196,7
Mais de 250 Alunos	6.314	42,8	4.080.294	80,4	646,2
Norte	821	100,0	313.283	100,0	381,6
Até 50 Alunos	95	11,6	3.382	1,1	35,6
De 51 a 150 Alunos	235	28,6	22.474	7,2	95,6
De 151 a 250 Alunos	144	17,5	28.725	9,2	199,5
Mais de 250 Alunos	347	42,3	258.702	82,6	745,5
Nordeste	3.316	100,0	1.018.575	100,0	307,2
Até 50 Alunos	404	12,2	12.902	1,3	31,9
De 51 a 150 Alunos	1.168	35,2	113.008	11,1	96,8
De 151 a 250 Alunos	608	18,3	118.442	11,6	194,8
Mais de 250 Alunos	1.136	34,3	774.223	76,0	681,5
Sudeste	6.885	100,0	2.594.514	100,0	376,8
Até 50 Alunos	508	7,4	15.283	0,6	30,1
De 51 a 150 Alunos	1.695	24,6	166.404	6,4	98,2
De 151 a 250 Alunos	1.249	18,1	247.147	9,5	197,9
Mais de 250 Alunos	3.433	49,9	2.165.680	83,5	630,8
Sul	2.426	100,0	795.324	100,0	327,8
Até 50 Alunos	167	6,9	5.737	0,7	34,4
De 51 a 150 Alunos	804	33,1	77.284	9,7	96,1
De 151 a 250 Alunos	456	18,8	89.253	11,2	195,7
Mais de 250 Alunos	999	41,2	623.050	78,3	623,7
Centro-Oeste	1.294	100,0	351.611	100,0	271,7
Até 50 Alunos	196	15,1	5.897	1,7	30,1
De 51 a 150 Alunos	483	37,3	44.928	12,8	93,0
De 151 a 250 Alunos	216	16,7	42.147	12,0	195,1
Mais de 250 Alunos	399	30,8	258.639	73,6	648,2

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Gráfico 16

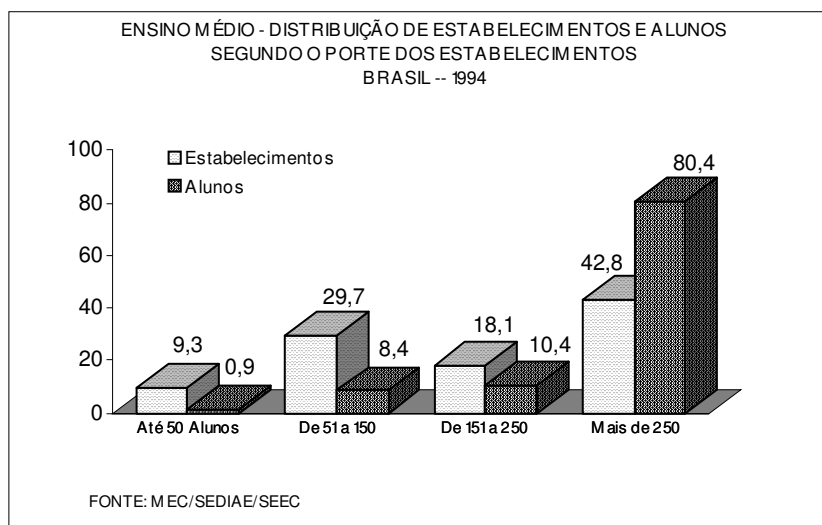
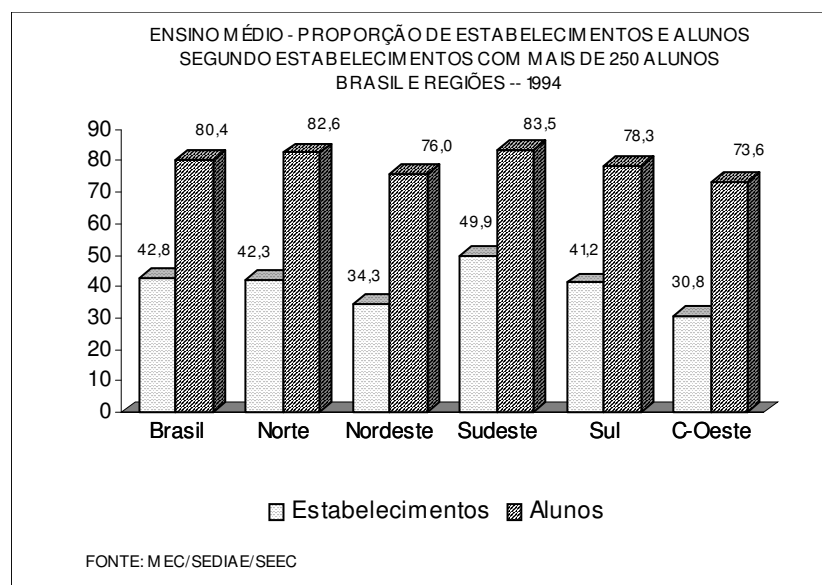


Gráfico 17



A tabela 17 mostra que, em 1994, os estabelecimentos de maior porte (mais de 250 alunos) são mais freqüentes no País (42,8% do total). Essas escolas abrigam a grande maioria dos estudantes do ensino médio (80,4%).

Sob o prisma regional, as exceções são Nordeste e Centro-Oeste, onde o número de estabelecimentos de tamanho médio (51 a 150 alunos) é maior do que os de maior porte. No entanto, mesmo nesses dois casos, a maioria dos alunos (76% no Nordeste e 73,6% no Centro-Oeste) estudam em grandes escolas (mais de 250 alunos).

O gráfico 16 é eloqüente em evidenciar as conclusões da análise da tabela 17: as escolas de grande porte (mais de 250 alunos) atendem a maioria dos estudantes do ensino médio (80,4%).

O gráfico 17 torna clara a importância dos grandes estabelecimentos em todas as regiões. Embora a presença desse tipo de escola no sistema varie entre 30,8% no Centro-Oeste até 49,9% no Sudeste, são elas responsáveis pela grande maioria das matrículas (entre 73,6% no Centro-Oeste e 83,5% no Sudeste).

Tabela 18

**Ensino Médio - Habilitações com Maior Número de Alunos e
Percentual em relação ao Total
Brasil - 1989 - 1994**

Habilitações	Matrícula Inicial				Crecimento Relativo (%) 1989/94
	1989	%	1994	%	
Magistério de 1ª grau - 1ª a 4ª série	488.357	14,0	766.188	15,1	56,9
Técnico em Contabilidade	564.519	16,2	711.871	14,0	26,1
Assistente de Administração	119.953	3,4	114.190	2,3	-4,8
Téc. em Processamento de Dados	63.344	1,8	103.953	2,0	64,1
Auxiliar de Contabilidade	19.004	0,5	62.618	1,2	229,5
Técnico em Eletrônica	47.075	1,4	46.655	0,9	-0,9
Técnico em Mecânica	40.187	1,2	40.781	0,8	1,5
Técnico em Agropecuária	31.266	0,9	35.607	0,7	13,9
Técnico em Eletrotécnica	25.760	0,7	35.538	0,7	38,0
Técnico em Secretariado	36.876	1,1	34.568	0,7	-6,3

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

No exame da distribuição proporcional de alunos nas habilitações em relação ao número total de matrículas, nota-se que as áreas de magistério e técnico em contabilidade continuam absorvendo um maior percentual de estudantes, respectivamente 15,1% e 14,0%. Todavia, quanto ao crescimento relativo entre 1989 e 1994, observa-se que a habilitação magistério apresenta um percentual mais significativo (56,9%) do que o de técnico em contabilidade (26,1%). O menor avanço dessa última habilitação pode ser um contraponto ao grande aumento relativo da especialização “auxiliar de contabilidade” (229,5%). Este caso parece configurar-se como um barateamento da formação de técnico na área contábil.

Por outro lado, o importante aumento relativo (64,1%) na formação de técnicos em processamento de dados parece corresponder à maior demanda por especialização considerada moderna e de grande apelo junto aos jovens. As necessidades do mercado de trabalho também são fatores relevantes a serem considerados, mas que não estão dimensionadas. O ligeiro decréscimo do número de alunos na habilitação “técnico em

eletrônica” (de -0,9% entre 1989 e 1994) pode ser um contraponto ao crescimento da área de processamento de dados.

De todo modo, sabe-se que a relação entre as especializações e as demandas do mercado sempre foram frágeis e que a tendência é oferecer cursos cuja instalação necessite de baixo investimento. Daí, a histórica predominância dos cursos de “técnico em contabilidade” e “magistério”.

Tabela 19

**Número de Concluintes na Habilitação Magistério
Brasil e Regiões - 1988-1993**

Habilitações	Concluintes				Crescimento Relativo (%) 1988/93
	1988	%	1993	%	
Brasil	141.581	100,0	162.114	100,0	14,5
Magistério do Pré-Escolar	2.309	1,6	2.580	1,6	11,7
Magistério de 1º grau - 1ª a 4ª série	127.023	89,7	153.020	94,4	20,5
Mag. de 1º grau - Estudos Adicionais	12.249	8,7	6.514	4,0	-46,8
Norte	8.723	100,0	12.264	100,0	40,6
Magistério do Pré- Escolar	11	0,1	122	1,0	1.009,1
Magistério do 1º grau - 1ª a 4ª série	8.321	95,4	12.065	98,4	45,0
Mag. do 1º grau - Estudos Adicionais	391	4,5	77	0,6	-80,3
Nordeste	58.451	100,0	53.050	100,0	-9,2
Magistério do Pré-Escolar	351	0,6	375	0,7	6,8
Magistério de 1º grau - 1ª a 4ª série	49.716	85,1	48.889	92,2	-1,7
Mag. do 1º grau - Estudos Adicionais	8.384	14,3	3.786	7,1	-54,8
Sudeste	43.707	100,0	74.493	100,0	70,4
Magistério do Pré-Escolar	1.383	3,2	1.822	2,4	31,7
Magistério de 1º grau - 1ª a 4ª série	40.003	91,5	70.704	94,9	76,7
Mag. do 1º grau - Estudos Adicionais	2.321	5,3	1.967	2,6	-15,3
Sul	21.461	100,0	14.396	100,0	-32,9
Magistério do Pré-Escolar	508	2,4	236	1,6	-53,5
Magistério de 1º grau - 1ª a 4ª série	20.400	95,1	13.635	94,7	-33,2
Mag. do 1º grau - Estudos Adicionais	553	2,6	525	3,6	-5,1
Centro-Oeste	9.239	100,0	7.911	100,0	-14,4
Magistério do Pré-Escolar	56	0,6	25	0,3	-55,4
Magistério de 1º grau - 1ª a 4ª série	8.583	92,9	7.727	97,7	-10,0
Mag. do 1º grau - Estudos Adicionais	600	6,5	159	2,0	-73,5

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Tomando o número total de concluintes do magistério (162.114) em 1993 e comparando com o número total de diplomados do ensino médio no mesmo ano (tabela 11), verificamos que essa habilitação respondeu por 19,0% dos concluintes.

Por outro lado, a expansão – a uma taxa de 14,5% – do número total de concluintes de magistério, em todo o País, entre 1988 e 1993, não deve obscurecer o fato de que em três regiões há decréscimo desse índice (Sul: menos 32,9%; Nordeste: menos 9,2%; Centro-Oeste: menos 14,4%). Essa retração deve ter, evidentemente, inúmeros determinantes. No entanto, as deficiências dos cursos, as difíceis condições de trabalho e os baixos salários dos docentes podem ser fatores importantes a serem considerados.

Por outro lado, o Nordeste se colocava, em 1988, à frente das demais regiões no que se refere à formação de professores, responsabilizando-se por 41,2% de todos os concluintes nessa habilitação. Em 1993, houve uma queda nessa proporção e essa região formou 32,7% dos concluintes de magistério do País. Esse decréscimo corresponde, na verdade, à retração, já mencionada, de -9,2% de professores formados no Nordeste no período 1988-1992.

Ainda na tabela 19, observa-se um significativo crescimento do número de concluintes do magistério no Sudeste entre os anos 1988 e 1993 (+ 70,4%). Essa região e o Norte (+40,6%) foram as únicas que mostraram expansão no período estudado. Seria útil investigar o porquê do contraste entre esses aumentos e as reduções registradas no Nordeste, Sul e Centro-Oeste.

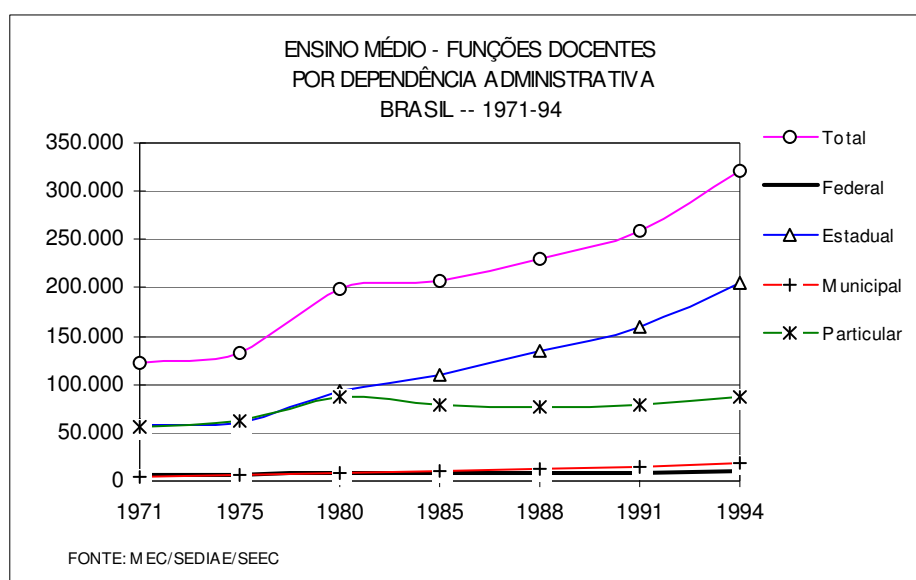
Tabela 20

**Ensino Médio - Funções Docentes por Dependência Administrativa
Brasil - 1971-1994**

Anos	Total Geral	Dependência Administrativa							
		Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1971	123.136	5.812	4,7	57.234	46,5	5.126	4,2	54.964	44,6
1975	133.070	5.411	4,1	61.075	45,9	5.364	4,0	61.220	46,0
1980	198.087	8.292	4,2	93.773	47,3	8.466	4,3	87.556	44,2
1985	206.111	7.750	3,8	108.889	52,8	10.318	5,0	79.154	38,4
1988	230.639	8.104	3,5	134.297	58,2	11.675	5,1	76.563	33,2
1991	259.380	8.112	3,1	158.576	61,1	14.412	5,6	78.280	30,2
1994	320.050	9.352	2,9	204.556	63,9	19.013	5,9	87.129	27,2

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

Gráfico 18



A tabela 20 mostra que entre 1971 e 1994 houve, no País, um crescimento de 159,9% das funções docentes no ensino médio. Adicionalmente, a análise comparativa entre as diferentes dependências administrativas evidencia que foi a rede estadual aquela que mais contribuiu para esse resultado, pois, se em 1971 abrigava 46,5% das funções docentes, em 1994 passa a responder por 63,9% . Tal crescimento relativo corresponde a uma evolução interna dessa rede, no período estudado, de 257,4%. O crescimento explosivo das matrículas nas redes estaduais (578% entre

1971 e 1994 – tabela 2) pode explicar o avanço do número das funções docentes registradas nessa dependência administrativa.

Em comparação ao percentual de crescimento registrado junto à rede estadual, a rede particular apresenta um discreto aumento das funções docentes entre 1971 e 1994 (58,5%), o que resulta em um decréscimo de sua participação no cômputo geral das funções docentes, passando de 44,6%, em 1971, a 27,2%, em 1994. Como o número de matrículas no conjunto das escolas privadas também vem perdendo terreno para a rede estadual (tabela 2) é compreensível que as funções docentes dessa rede tenham menor expansão.

Além disso, é possível concluir que as funções docentes nas redes municipal e federal, embora com crescimento interno de 60,9% e 212,3%, respectivamente, entre 1971 e 1994, mostram, em relação ao conjunto de funções docentes no País, ou decréscimo (no caso da rede federal) ou crescimento pouco significativo (no caso da rede municipal).

O gráfico 18 evidencia com clareza as constatações acima.

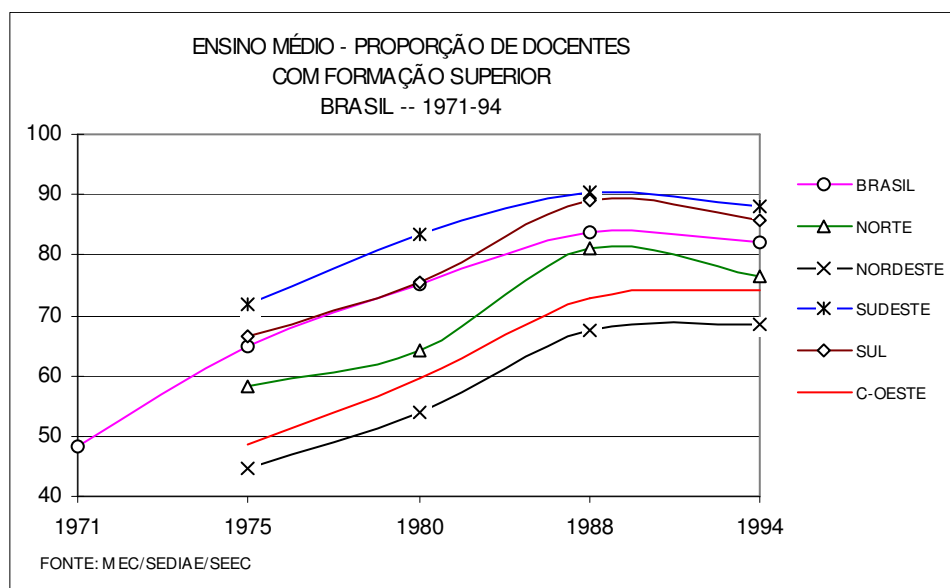
Tabela 21

**Ensino Médio - Funções Docentes com Formação Superior
Brasil e Regiões - 1971-1994**

Anos	BRASIL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	Total	Superior %	Total	Superior %	Total	Superior %	Total	Superior %	Total	Superior %	Total	Superior %
1971	123.136	48,2	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1975	133.070	64,8	2.702	58,4	22.657	44,8	74.852	71,7	27.202	66,4	5.657	48,5
1980	198.087	75,1	5.129	64,2	35.055	54,1	107.414	83,6	41.417	75,6	9.072	59,5
1988	230.639	83,6	8.121	81,1	51.425	67,6	114.283	90,5	40.936	89,2	15.874	72,9
1994	320.050	82,2	15.244	76,3	65.054	68,3	160.472	88,2	56.856	85,7	22.424	74,3

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC.

Gráfico 19



Quanto à formação do professor que atua no ensino médio, os dados atestam um salto qualitativo a partir de 1971, quando era de 48,2% a porcentagem desses profissionais com titulação de nível universitário. Já, em 1994, esse percentual sobe para 82,2%.

Essa tendência mostra-se expressiva no Nordeste e Centro-Oeste, regiões que, em 1975, estavam 20,0% e 16,3%, respectivamente, abaixo da média nacional. Em 1994, há uma sensível melhoria nas duas regiões, que, apesar de ainda permanecerem abaixo da média para o País em percentuais de 13,9% e 7,9%, respectivamente, já detêm um corpo funcional qualificado em nível universitário da ordem 68,3% (Nordeste) e 74,3% (Centro-Oeste).

Esses dados mais gerais não devem, porém, obscurecer a conhecida realidade de áreas mais deficitárias (por exemplo, as periferias das grandes cidades), nas quais tem aumentado a falta de professores especializados

para as diferentes disciplinas. Neste caso, sugerimos um refinamento das estatísticas para que se possa evidenciar melhor possíveis distorções.

DEMANDA POTENCIAL PARA O ENSINO MÉDIO

Tabela 22

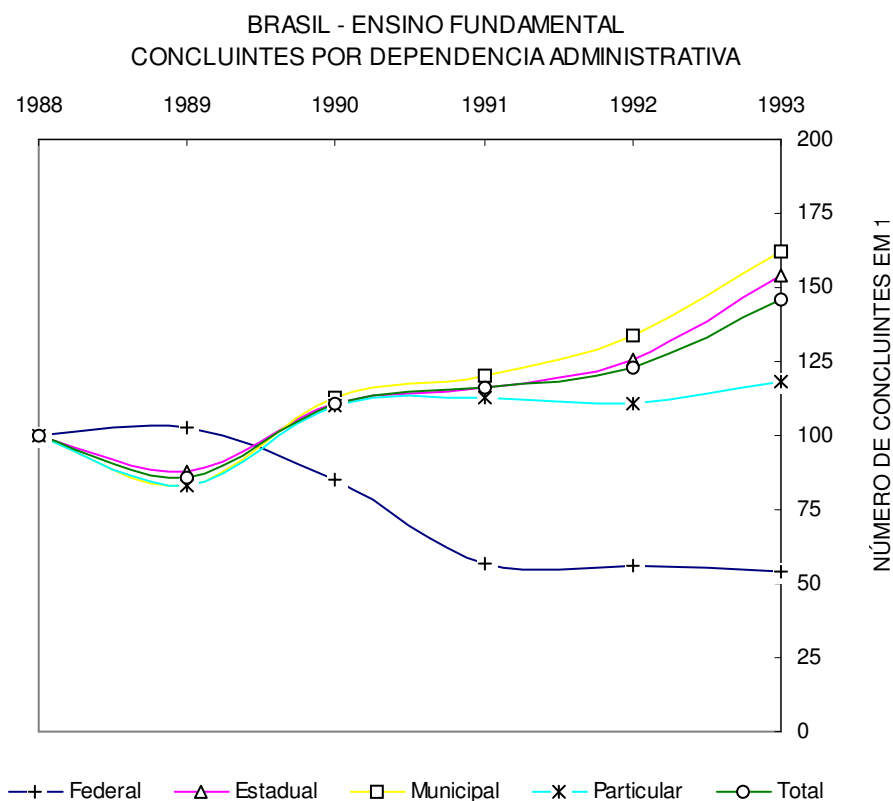
MEC/SEDIAE/SEEC

Ensino Fundamental

Concluintes por Região e Dependência Administrativa

	NÚMERO DE CONCLUINTES					EVOLUÇÃO				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
NORTE	1988	3293	28031	2172	9694	43190	100	100	100	100
	1989	3580	29252	2671	9150	44653	109	104	123	94
	1990	2518	33414	2665	8495	47092	76	119	123	88
	1991	727	38236	3112	9191	51266	22	136	143	95
	1992	577	45521	4062	8318	58478	18	162	187	86
	1993	460	36016	3401	6631	46508	14	128	157	68
NORDESTE	1988	523	123825	32068	65910	222326	100	100	100	100
	1989	212	61208	18183	30182	109785	41	49	57	46
	1990	287	130207	38768	69729	238991	55	105	121	106
	1991	264	138577	42051	73195	254087	50	112	131	111
	1992	187	149641	49520	69341	268689	36	121	154	105
	1993	101	118725	39724	63684	222234	19	96	124	97
SUDESTE	1988	1386	298940	62671	102332	465329	100	100	100	100
	1989	1643	297811	57520	104504	461478	119	100	92	102
	1990	1737	334849	65835	114766	517187	125	112	105	112
	1991	1753	337660	67219	114982	521614	126	113	107	112
	1992	1760	357649	68986	115506	543901	127	120	110	113
	1993	1836	528120	103956	133946	767858	132	177	166	131
SUL	1988	198	117872	9524	28423	156017	100	100	100	100
	1989	187	123076	11022	29464	163749	94	104	116	104
	1990	228	130826	12442	32236	175732	115	111	131	113
	1991	229	141292	14603	33838	189962	116	120	153	119
	1992	301	157540	17578	33635	209054	152	134	185	118
	1993	313	187857	22565	35385	246120	158	159	237	124
C-OESTE	1988	427	54149	3599	13424	71599	100	100	100	100
	1989	388	34981	2129	9810	47308	91	65	59	73
	1990	162	62565	4587	16391	83705	38	116	127	122
	1991	324	68257	5254	17202	91037	76	126	146	128
	1992	419	77355	7052	17187	102013	98	143	196	128
	1993	418	85683	8344	19791	114236	98	158	232	147
BRASIL	1988	5827	622817	110034	219783	958461	100	100	100	100
	1989	6010	546328	91525	183110	826973	103	88	83	83
	1990	4932	691861	124297	241617	1062707	85	111	113	110
	1991	3297	724022	132239	248408	1107966	57	116	120	113
	1992	3244	787706	147198	243987	1182135	56	126	134	111
	1993	3128	956401	177990	259437	1396956	54	154	162	118

Gráfico 20



A partir das estatísticas até aqui analisadas, julgamos importante considerar os dados de concluintes do ensino fundamental como reveladores da demanda potencial para o ensino médio.

Nesse sentido, tendo por base o período 1988/1993, e como se observa na tabela 22 e no gráfico 20, a evolução de concluintes no ensino fundamental demonstra um crescimento de 46% no Brasil, para o conjunto das redes mantenedoras. As regiões Sudeste (65%), Centro-Oeste (60%), Sul (58%) foram as que contribuíram para essa evolução. No entanto, os dados das regiões Norte e Nordeste revelam um processo preocupante, pois, na primeira, o crescimento foi de apenas de 8% entre 1988 e 1993 e no Nordeste há estagnação do número de concluintes no mesmo período. Por outro lado, convém notar que – no Norte e Nordeste – os números

referentes a 1993 representam uma involução na série estudada, a qual entre 1988 e 1992 apresentava crescimento de 35% no Norte e 21% no Nordeste, e, surpreendentemente retrocedem entre 1992 e 1993.

Esse fenômeno, se projetado para os próximos anos, pode estar expressando níveis inferiores de qualidade de ensino ou uma reiteração da histórica seletividade interna devido à repetência e evasão.

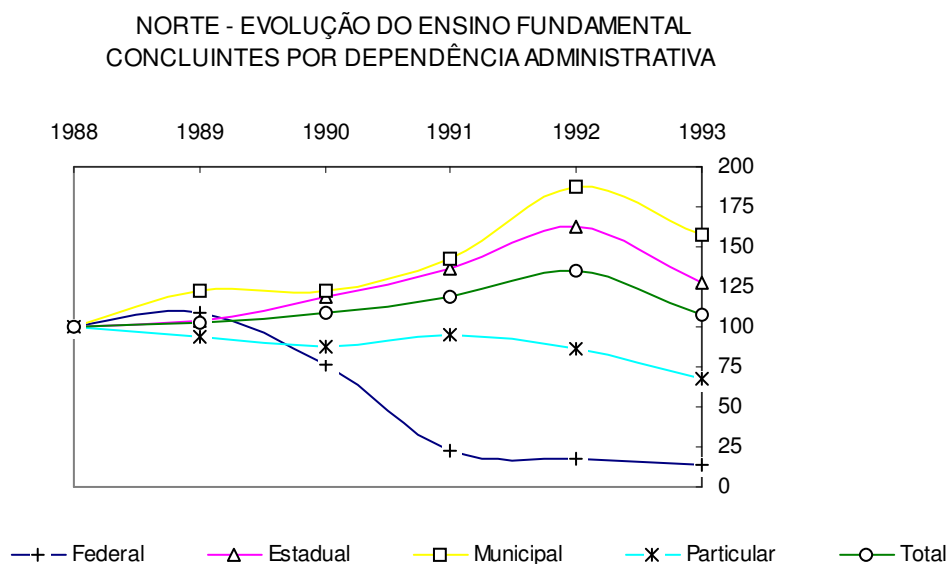
Tomando o conjunto do País, o crescimento do número de concluintes é mais acentuado a partir de 1990, sendo responsável por isso especialmente a rede municipal (62%) e estadual (54%). A rede particular registra uma evolução mais discreta (18%). A rede federal, de pouca expressividade no conjunto do ensino fundamental, mostrou aumento de 5,4% de concluintes. Nesse quadro, a expansão do ensino público se mostra mais vigorosa em comparação ao privado. Ainda, nesse processo evolutivo, fica em evidência a participação da rede estadual que, por exemplo, no Sudeste, teve um crescimento inusitado no número de concluintes de quase 60% entre 1992 e 1993.

Por outro lado, a tendência para municipalização do ensino fundamental revela-se nos números relacionados às diferentes regiões: crescimento de 173% no Sul, 132% no Centro-Oeste, 66% no Sudeste, 57% no Norte. No Nordeste, a menor expressividade do crescimento dessa rede (24%) deve ser analisada em contraponto ao fato de que seus concluintes já representam 17,8% do total das redes da região. Como contraponto, no Sul, onde a esfera municipal experimentou a maior expansão quanto a concluintes, a participação dessa rede, tendo como parâmetro o total dos diplomados no sistema do ensino fundamental na região, não chega a 10% (9,1%).

Os gráficos 21, 22, 23, 24 e 25 ilustram os dados analisados quanto à evolução do ensino fundamental nas diversas regiões. Em seu conjunto, essa visualização permite melhor prognóstico das demandas que provavelmente se farão sentir no âmbito do ensino médio.

No entanto, para maior refinamento da análise quanto à projeção de demanda para o ensino médio, seria importante ter dados *referentes aos mesmos anos-base* quanto à concluintes do ensino fundamental, repetência e evasão na 1ª série do ensino médio para comparação, no ano subsequente, com o número de matrículas na 1ª série do 2º Grau. Quando não há essa coincidência de anos-base, ou lacuna na seqüência histórica, como no caso dos dados fornecidos para este estudo, a análise fica prejudicada.¹³

Gráfico 21



¹³ Essa análise foi feita para o Estado de São Paulo no relatório *Ensino Médio: Estatísticas Básicas* – da Secretaria de Educação do Estado – de outubro de 1995.

Gráfico 22

NORDESTE - EVOLUÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUINTES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

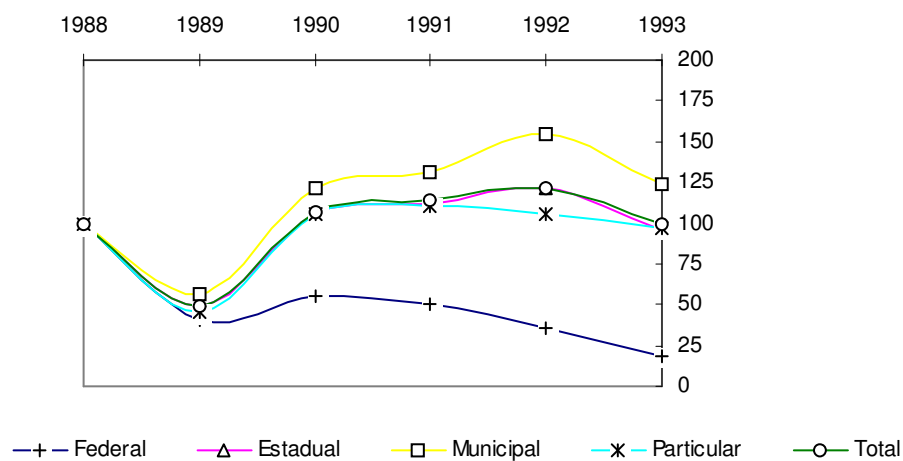


Gráfico 23

CENTRO-OESTE - EVOLUÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUINTES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

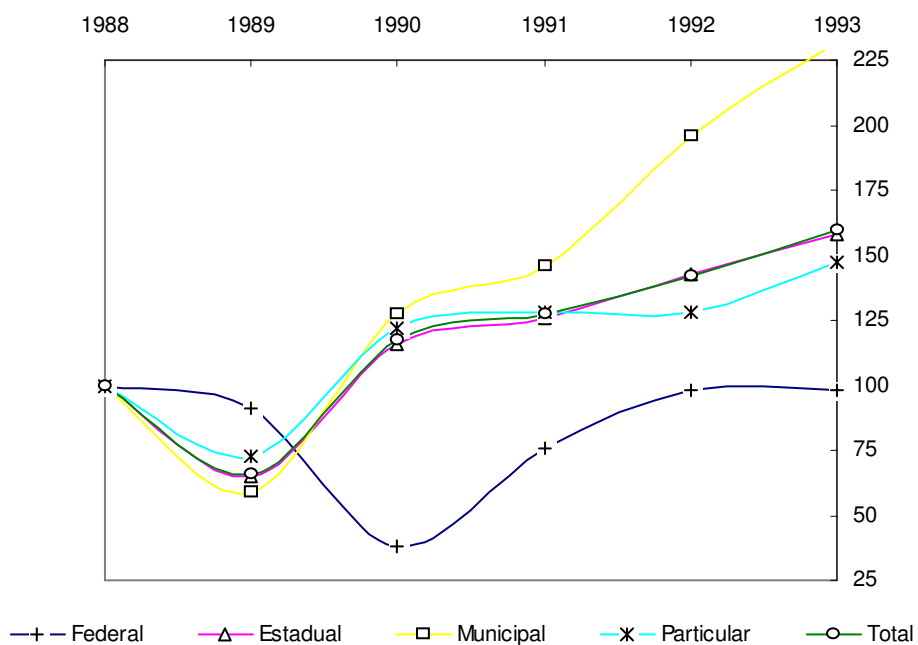


Gráfico 24

SUDESTE - EVOLUÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUINTES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

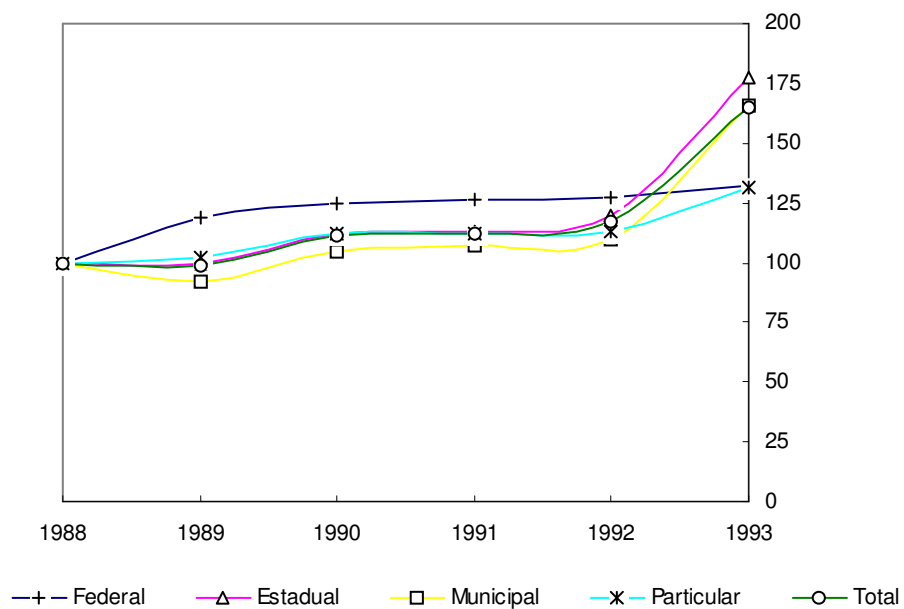
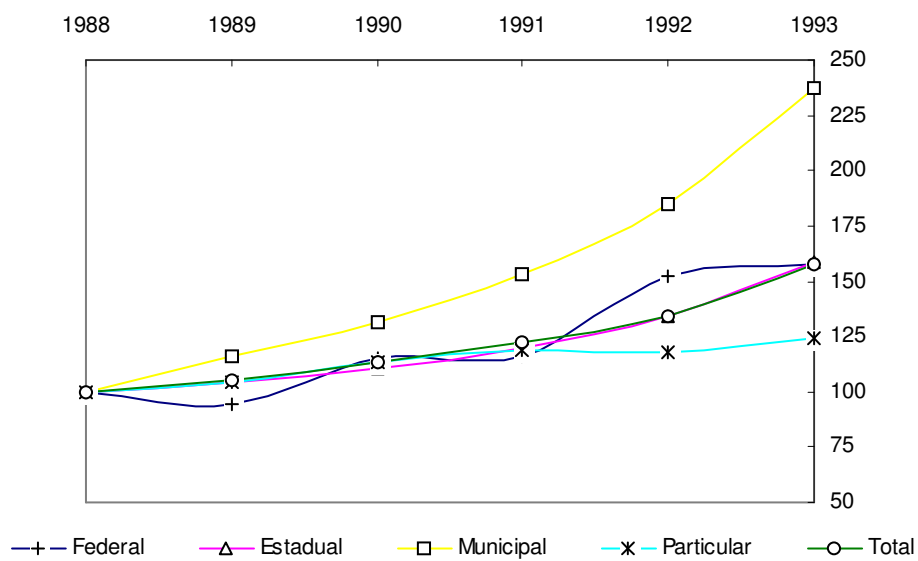


Gráfico 25

SUL - EVOLUÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUINTES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA



III. – À GUISA DE CONCLUSÃO

A análise até aqui desenvolvida sugere diversas considerações. Destacamos as seguintes:

- 1) Necessidade de atualização constante do diagnóstico do ensino médio, com compatibilização de todas as informações (matrículas iniciais, repetência, evasão etc.) a partir de anos-base comuns e sequenciais. A falta de tal compatibilização empobrece a imprescindível análise.
- 2) A distribuição da rede é extensa, mas muito desigual. Deveria, portanto, ser estudada a partir das características geopolíticas de cada região. Ou seja, o conhecimento da distribuição dos estabelecimentos escolares deveria estar articulado a parâmetros geopolíticos, tais como: população, condições de acesso, natureza das atividades econômicas, infra-estrutura urbana, configuração do ensino elementar etc. A partir de tal contextualização, haveria condições para orientação da expansão desse nível de ensino.
- 3) O salto do número total de matrículas – de 34,5% em apenas 4 anos (de 1991 a 1994) – e o papel primordial dos cursos noturnos das redes estaduais nessa evolução estão exigindo o aprimoramento de estudos projetivos para que se possa aquilatar o tamanho da pressão que, provavelmente, vai se instalar sobre esse tipo de curso. A questão de maior investimento – financeiro e técnico – nas redes estaduais parece tornar-se um imperativo mais contundente a partir das estatísticas básicas detalhadas neste relatório.
- 4) A predominância dos cursos noturnos, o gargalo representado pela 1ª série e a grande defasagem idade/série sugerem a necessidade de que o

ensino médio se reestruture para o atendimento dessas peculiaridades. Historicamente, tem acontecido que – à guisa de solução para os elos mais fracos do sistema – sejam adotadas medidas que empobrecem ainda mais esses setores deficitários. Nesse panorama, as exceções fazem história. É o caso, por exemplo, de uma experiência inovadora junto ao ensino noturno – levada a cabo pela Secretaria do Estado de São Paulo na década de 80 – que, apesar dos resultados altamente animadores, acabou sendo logo descontinuada.¹⁴ A catalogação e divulgação das experiências exitosas, principalmente com respeito ao ensino noturno, se fazem imprescindíveis.

- 5) O salto quanto à melhoria da qualificação docente (conforme evidenciado pela tabela 21) não deve obscurecer a necessidade de maior detalhamento das características dos professores que atuam no ensino médio, uma vez que os dados coletados em nível macro podem mascarar diversas dificuldades. No caso específico da qualificação das funções docentes, parece importante estudar como se dá a distribuição do pessoal qualificado, pois se sabe que as áreas mais carentes das grandes cidades estão sofrendo a falta aguda de professores especializados para diversas disciplinas. A iniciativa de se abrir o magistério para os profissionais de nível superior sem licenciatura na área pedagógica – recomendada pelo Banco Mundial em seu relatório “Prioridades e Estratégias para Educação”, de 1995 – será capaz de atrair para a carreira bons profissionais? Sabe-se que a escassez de professor – principalmente nas áreas mais deficientes dos grandes centros – deve-se principalmente às difíceis condições de trabalho e aos baixos salários.

¹⁴ Ver, a esse respeito, Zibas, Dagmar M.L. Ensino Noturno de 2º Grau; a voz do corpo docente. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, FCC/Cortez, n.78, p.41-50, ago.1991.

Sem que esses obstáculos sejam enfrentados, qualquer medida para ampliação e melhoria do quadro docente do País tornar-se-á inócua.

- 6) O registro do recrudescimento das taxas de repetência entre os anos de 1981 e 1992 pode constituir um indício alarmante da deterioração do ensino médio. Nesse sentido, a necessidade de levantamento mais acurado sobre a distribuição das funções docentes qualificadas e das remunerações do magistério torna-se mais evidente.